

SBP

SOCIEDADE BRASILEIRA DE
PSICOLOGIA

SEMANA

da PSICÓLOGA
e
do PSICÓLOGO

I ENCONTRO DA REGIONAL DA SBP NO MARANHÃO

OS 30 ANOS DOS CURSOS DE PSICOLOGIA NO MARANHÃO
E OS IMPACTOS NO CUMPRIMENTO DOS OBJETIVOS DE
DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL (ODS)

Faculdade Edufor - São Luís - MA

24 e 25 de agosto 2023

turno: manhã e noite

EVENTO PRESENCIAL

Informações pelo site:

www.sbponline.org.br/eventos

Realização

SBP
SOCIEDADE BRASILEIRA DE
PSICOLOGIA

Organização

 **FACULDADE
EDUFOR**
Construindo o seu futuro

**I ENCONTRO MARANHENSE DA SOCIEDADE BRASILEIRA DE PSICOLOGIA
(SBP)**

TEMA:

“OS 30 ANOS DOS CURSOS DE PSICOLOGIA NO MARANHÃO E OS IMPACTOS NO CUMPRIMENTO DOS OBJETIVOS DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL (ODS)”

ORGANIZAÇÃO CIENTÍFICA DO EVENTO

Dr.^a Cândida Helena Lopes Alves (UFMA)
Dr. Dannilo Jorge Escorcio Halabe (EDUFOR)
Dr.^a Francisca Moraes da Silveira (UFMA)
Dr. Carlos Santos Leal (UFMA)
Ma. Camila Gonçalves Ribeiro (EDUFOR)
Esp. Welida Cristina Silva Nascimento
Ma. Caroline Soares Serra (EDUFOR)
Ma. Ana Paula Rezzo Pires Reinert (EDUFOR)

PARCERIAS

Sociedade Brasileira de Psicologia (SBP).
Faculdade Edufor São Luís
Faculdade Laboro Cidade Operária
Faculdade FEMAF
Liga Acadêmica de Psicologia Inclusiva da Faculdade Edufor
Liga Acadêmica de Psicologia e Saúde da Faculdade Edufor
Discentes de Psicologia da Faculdade Edufor
Discentes de Psicologia da Faculdade Laboro

EDITORIAL

Os Cursos de Psicologia no Maranhão estão formando profissionais há pouco mais de três décadas, com impactos ainda localizados na sociedade maranhense, principalmente na capital, São Luís. Com o objetivo de ajudar a mapear as ações que psicólogos maranhenses têm realizado, principalmente com foco na melhoria das condições de vida da população, especialmente em relação ao fenômeno da Saúde Mental, destaca-se a realização do primeiro evento da Sociedade Brasileira de Psicologia no Estado realizado na Faculdade Edufor de São Luís – MA.

Trata-se da organização do Encontro Maranhense da Sociedade Brasileira de Psicologia, cujo tema proposto esteve relacionado tanto com os trinta anos dos cursos de psicologia no Estado, bem como a contribuição da formação destes profissionais para uma atuação alicerçada nos Direitos Humanos e diversidade, alinhada com as perspectivas dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) elaborados pela Organização das Nações Unidas (ONU).

Entende-se que a atuação do psicólogo, em diversas áreas, auxilia no cumprimento destes objetivos da Agenda 2030 da ONU. A proposta do encontro foi envolver os profissionais de psicologia em relatos de experiência e de pesquisa, bem como discentes e docentes, com o foco nos elementos desta agenda:

1. Erradicação da pobreza - Acabar com a pobreza em todas as suas formas, em todos os lugares.
2. Fome zero e agricultura sustentável - Acabar com a fome, alcançar a segurança alimentar e melhoria da nutrição e promover a agricultura sustentável.
3. Saúde e bem-estar - Assegurar uma vida saudável e promover o bem-estar para todos, em todas as idades.
4. Educação de qualidade - Assegurar a educação inclusiva, e equitativa e de qualidade, e promover oportunidades de aprendizagem ao longo da vida para todos.
5. Igualdade de gênero - Alcançar a igualdade de gênero e empoderar todas as mulheres e meninas.
6. Água limpa e saneamento - Garantir disponibilidade e manejo sustentável da água e saneamento para todos.
7. Energia limpa e acessível - Garantir acesso à energia barata, confiável, sustentável e renovável para todos.
8. Trabalho de decente e crescimento econômico - Promover o crescimento econômico sustentado, inclusivo e sustentável, emprego pleno e produtivo, e trabalho decente para todos.
9. Inovação infraestrutura - Construir infraestrutura resiliente, promover a industrialização inclusiva e sustentável, e fomentar a inovação.
10. Redução das desigualdades - Reduzir as desigualdades dentro dos países e entre eles.

11. Cidades e comunidades sustentáveis - Tornar as cidades e os assentamentos humanos inclusivos, seguros, resilientes e sustentáveis.
12. Consumo e produção responsáveis - Assegurar padrões de produção e de consumo sustentáveis.
13. Ação contra a mudança global do clima - Tomar medidas urgentes para combater a mudança climática e seus impactos.
14. Vida na água - Conservação e uso sustentável dos oceanos, dos mares, e dos recursos marinhos para o desenvolvimento sustentável.
15. Vida terrestre - Proteger, recuperar e promover o uso sustentável dos ecossistemas terrestres, gerir de forma sustentável as florestas, combater a desertificação, deter e reverter a degradação da Terra e deter a perda da biodiversidade.
16. Paz, justiça e instituições eficazes - Promover sociedades pacíficas e inclusivas par ao desenvolvimento sustentável, proporcionar o acesso à justiça para todos e construir instituições eficazes, responsáveis e inclusivas em todos os níveis.
17. Parcerias e meios de implementação - Fortalecer os meios de implementação e revitalizar a parceria global para o desenvolvimento sustentável.

As temáticas destacadas por meio dos relatos de experiência, trabalhos acadêmicos e, também, pesquisas de campo tiveram como foco apresentara a atuação dos profissionais maranhenses nestes objetivos destacados. A inserção do público externo, além de participantes do evento, a partir de palestras e minicursos, pôde ser realizada de forma a trazerem mais relatos de experiência ou pesquisa na área destacada.

O evento que ocorreu nos dias 24 e 25 de agosto de 2023, teve a presença da Dr.^a Francisca Morais da Silveira com a Palestra “Direito das Pessoas Idosas a Saúde Mental; do Esp. Eliandro Rômulo Cruz Araújo com a Palestra “Mundo do Trabalho e Saúde Mental”; além dos minicursos proferidos, pelo Dr. Carlos Santos Leal, com o tema “Avaliação psicológica, instrumentos e aplicabilidade em processos judiciais”; pelo Dr. Dannilo Jorge Escorcio Halabe, com o tema “Desenho Universal da Psicologia Clínica”; e pela Dr.^a Cândida Helena Lopes Alves, com o tema “Neuropsicologia na Atualidade”.

A seguir, destacam-se os trabalhos de profissionais e discentes da Psicologia que atenderam ao chamado do Evento para apresentarem trabalhos relacionados com a temática. Como os objetivos da Agenda 2030 são abrangentes, destaca-se que os relatos apresentados através de *papers* e artigos, apresentam conexão com os diversos temas.

Comissão Organizadora

SUMÁRIO

1. PARA ALÉM DA CARREIRA: As repercussões do Projeto de Vida em Jovens do Ensino Médio da Instituição de Ensino Público IEMA ..	05
2. PSICOLOGIA DO ESPORTE NO MARANHÃO: História e Tendência	16
3. FORMAÇÃO DE PSICÓLOGOS ESCOLARES NO MARANHÃO: Uma Análise da Trajetória Histórica	25
4. AVALIAÇÃO DA SAÚDE MENTAL DA POLÍCIA MILITAR: Desafios e Soluções	35
5. AS POLÍTICAS PÚBLICAS PARA A PROMOÇÃO DA SAÚDE MENTAL NA PSICOLOGIA DO ESPORTE	46
6. POLÍTICAS DE SAÚDE MENTAL NO MARANHÃO: abordagem e efetividade das ações para prevenção das alterações psicológicas resultantes do estresse no trânsito	54
7. AFETIVIDADE NO MEIO ACADÊMICO: As Implicações Da Afetividade Na Aprendizagem Dos Alunos No Ensino Superior	69
8. A INCLUSÃO NO CONTEXTO ESCOLAR: Um comparativo entre escola pública e privada na região metropolitana de São Luís	79

PARA ALÉM DA CARREIRA: As repercussões do Projeto de Vida em Jovens do Ensino Médio da Instituição de Ensino Público IEMA

MACEDO, Drica de Paula Aguiar
OLIVERA, Faustina Alves Lobato Hillary
LIMA, Alexandra Ferreira
CARVALHO, Iasmin Helena Silva
CANTANHEDE, Igor Novais
LOBATO, Nubya Assunção

RESUMO

O objetivo deste estudo é relatar a experiência de planejamento de vida com estudantes do Instituto Estadual de Ciência e Tecnologia do Maranhão (IEMA). A metodologia utilizada é a de pesquisa bibliográfica associada à pesquisa qualitativa, por meio de entrevista semiestruturada, cuja amostra consiste em 5 alunos, de 16 a 17 anos, que cursaram os 3 anos do Ensino Médio na instituição. Os resultados encontrados nos relatos coincidem com a literatura no que concerne ao amadurecimento na perspectiva de futuro e construção de uma identidade de alunos que exercitam o Projeto de Vida nessa fase do desenvolvimento, concluindo-se pela indispensabilidade desse exercício na escola.

Palavras-chave: Projeto de vida, Orientação Profissional, Ensino Médio.

1 INTRODUÇÃO

A Orientação Profissional surgiu na Europa no século 20 com a criação do Centro de Carreiras em Munique. Seu objetivo original era basicamente detectar trabalhadores em indústrias que não estavam aptos para determinadas tarefas e evitar acidentes de trabalho. Seu marco oficial, porém, foi a criação do primeiro centro de orientação profissional da América do Norte, com a publicação do livro de Frank Parsons, "Choosing a Career". Na época, testes psicométricos eram usados para definir características individuais para se adequar às características pessoais e ambientes ocupacionais (Sparta, 2003).

Para os jovens que estão terminando o ensino médio, um momento de dúvida e ansiedade é quando confrontados com a escolha de uma carreira e com o planejamento de vida para o futuro. Segundo Araújo e Freitas (2017), a orientação profissional consiste em uma busca constante de informações, relacionadas à situação da pessoa e ao mundo do trabalho, que a ajudem a escolher uma carreira, acompanhem a realidade e proporcionem momentos econômicos e individuais.

Desta forma, o presente trabalho desenvolveu-se a partir de uma atividade proposta na disciplina de Prática Interdisciplinar IV com foco em Orientação Profissional, do curso de Psicologia da Faculdade Edufor, sob orientação da Prof. Me. Caroline Soares Serra, e tem como seu principal objetivo relatar a experiência de planejamento de vida com estudantes da instituição de ensino IEMA - Instituto Estadual de Ciência e Tecnologia do Maranhão, cujo modelo curricular de ensino enfatiza o desenvolvimento dos alunos inseridos em cursos específicos que definirão suas possíveis áreas de atuação profissional no futuro.

Na elaboração desta pesquisa, utilizou-se a pesquisa bibliográfica em plataformas de integradoras de artigos e produções científicas especializadas na área da Psicologia Escolar, vide Bvs Psicologia Brasil, Plataforma Sucupira e PePsic – Periódicos Eletrônicos em Psicologia, bem como a obras de referência, artigos de jornais e veículos de informação autênticos e base de dados institucionais do IEMA. Além disso, foi realizada entrevista semiestruturada com alunos da instituição com o intuito de coletar material qualitativo acerca das suas perspectivas profissionais futuras, que constituirá o enfoque principal da discussão a qual essa pesquisa se propõe a incitar.

2 ORIENTAÇÃO PROFISSIONAL E PROJETO DE VIDA NA ESCOLA

A Orientação Profissional e de Carreira, caracteriza-se como uma série de serviços de auxílio no processo de tomada de decisão relacionada à carreira e ao desenvolvimento profissional, conforme definição da ABRAOP (Associação Brasileira de Orientação Profissional e de Carreira). No cenário brasileiro, inicialmente a prática voltou-se primordialmente ao público adolescente no ensino médio ingressando no Ensino Superior (Lassance, Melo-Silva, Bardagi e Paradiso, 2007) e, apesar de nossa pesquisa deter-se nesse ponto, é importante ressaltar que a intervenção da Orientação Profissional não se restringe ao contexto de transição (por exemplo: escola-trabalho), podendo fazer-se necessária em qualquer momento da vida do indivíduo em que a relação dinâmica com a sua atuação profissional no mundo exigir reflexão e alinhamento, tendo em vista que essa relação sofre inúmeras transformações e reorganizações (Super, 1980; Super; Nevill, 1986; Super; Sverko, 1995).

Segundo o Ministério da Educação (MEC), para a formação integral do aluno, a Orientação Profissional deve ser um dos objetivos da escola, tendo como responsáveis pela condução desse trabalho Orientadores Educacionais, Psicólogos e Professores. Conforme enuncia

a Lei nº 13.415, de 16 de fevereiro de 2017, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, no art. 35-A, define-se a Base Nacional Comum Curricular com os direitos e objetivos comuns de aprendizagem do ensino médio. Apresenta-se neste artigo um rol de áreas do conhecimento necessárias à formação integral dos alunos, incluindo um trabalho voltado para o projeto de vida (Brasil, 2017).

Desta forma, o “Projeto de Vida” já existe em escolas de tempo integral, mesmo antes da controversa reforma do Novo Ensino Médio que entrou em vigor neste ano, 2023, no Brasil, definindo-se como um programa realizado para proporcionar aos jovens estudantes habilidades de autoconhecimento para a tomada de decisões pessoais e profissionais (Tenente, G1, 2022). No IEMA, a Disciplina de Projeto de Vida pode ser encontrada em seus planos de ação, disponíveis para consulta no site oficial da instituição, desde o ano de 2018.

O IEMA - Instituto Estadual de Ciência e Tecnologia do Maranhão, é uma autarquia estadual maranhense, vinculada à Secretaria de Estado da Educação, que oferece ensino médio, técnico e superior, por meio dos quais propõe-se a contemplar o ensino, a pesquisa e a extensão, na área tecnológica e na pesquisa aplicada. Uma peculiaridade no instituto, é oferecer cursos de acordo com as demandas de cada região maranhense, em um esforço de respeitar as necessidades locais e as prioridades estratégicas identificadas em diferentes contextos do estado (Imirante, 2022).

O modelo pedagógico da instituição oferece um currículo integrado que articula a Base Nacional Comum, a Parte Diversificada e a Base Técnica, com enfoque no desenvolvimento de uma educação interdimensional (envolvendo dimensões cognitiva, profissional, corpórea, espiritual e emocional, com vistas ao aprimoramento de habilidades socioemocionais) (IEMA - Plano de ação, 2022). Utilizando-se dessas ferramentas, o modelo de Escola da Escolha, como denomina-se o programa, visa apoiar o estudante na diversificação e enriquecimento necessários para a elaboração do seu Projeto de Vida, considerado a essência na qual reside toda a centralidade do currículo, posicionando o jovem como protagonista de todo o processo (ICE, 2015).

Para isso, a instituição dedica uma disciplina curricular especificamente idealizada para apoiar o estudante no desenvolvimento da capacidade de planejamento e de execução de suas ambições, denominada “Projeto de Vida”, aplicada a estudantes do 1º e 2º ano do Ensino Médio.

O material de planejamento das aulas da disciplina é livremente distribuído aos alunos e encontra-se disponível para download gratuito no site da instituição, os conteúdos contemplados

são divididos 4 temáticas abordadas no 1º ano, sendo estas: identidade, valores, responsabilidade social e competências para o século XXI; e outras 4 temáticas complementares abordadas no 2º ano, que são: sonhar com o futuro, planejar o futuro, definir as ações e rever o projeto de vida. O conteúdo material reúne textos de apoio, dinâmicas em sala, questões e tarefas (bem como indicações de materiais complementares por meio de livros, filmes e outros produtos artísticos) que objetivam o estímulo de um conjunto amplo de habilidades como o autoconhecimento e aquelas relativas às competências sociais e produtivas para apoiar o estudante na capacidade de continuar a aprender ao longo de sua vida (ICE, 2016).

Faz-se importante, neste ponto da pesquisa, elevar a discussão acerca do que vem sendo relacionado com o projeto de vida. Para os autores Ciampa (1987), D'Angelo (1994) e Velho (1994), este se caracteriza como um elemento definidor da construção da identidade, partindo-se de uma perspectiva histórica e temporal (Mandelli; Soares; Lisboa, 2011).

Ciampa (1987) parte do ponto de vista de que cada indivíduo configura uma identidade pessoal a partir de suas relações sociais, quer seja, cada um possui uma história de vida, bem como um projeto, que não é uma mera reprodução daquilo que lhe é culturalmente ensinado, mas que também abre possibilidade de mudança.

Para D'Angelo (1994) esse conceito deve ser visto por uma perspectiva multidimensional, interligando dimensões psicológica e social, na qual a noção de projeto de vida aponta uma realidade constitutiva da pessoa e da coletividade, dentro do contexto cultural e com abertura para um domínio futuro; além de sempre possuir, o projeto de vida, um caráter antecipatório, organizador e regulador das principais atividades e comportamentos do indivíduo.

Velho (1994), por sua vez, propõe a definição como metamorfose que se desenvolve por meio de processo temporal a partir da memória, quer seja, a memória permite uma consistência biográfica (visão retrospectiva), o que embasa a condução do projeto; concluindo ainda que o projeto é uma forma de comunicação, um instrumento de negociação da realidade, que articula interesses, aspirações e objetivos.

Fato é que relacionar o projeto de vida com a identidade permite uma abrangente visão acerca de diversas relações estabelecidas pelo homem em sua trajetória de vida, podendo-se concluir que o passado e o presente são complementares e expressam-se como dimensões que preparam para o futuro (Mandelli; Soares; Lisboa, 2011).

Conforme elabora Soares (2002, p.76): “o projeto é ao mesmo tempo, o momento que

integra em seu interior a subjetividade e a objetividade e é, também, o momento que funde, num mesmo todo, o futuro e o passado recortado. Pelo projeto, se constrói para si um futuro desejado, esperado”.

Realocando essa discussão para o contexto do Ensino Médio, conclui-se que o projeto de vida, quando inserido no modelo curricular, deve não apenas proporcionar um direcionamento dos jovens ao futuro, seja por meio das reflexões, aspirações e planejamentos, mas também para o seu passado, no que diz respeito a sua história de vida, incluindo o contexto cultural e familiar no qual se desenvolveu, tendo em vista que o seu planejamento deve partir de uma relação com a sua identidade dinâmica, quer seja, um elemento em incessante construção.

Segundo Guichard (2012) citando os trabalhos de Robert Havighurst (1952) e Jefferey Arnett (2000, 2004) a adolescência e idade adulta emergente (de 20 a 25 anos) são momentos ideais para a construção das competências necessárias para orientar-se, tendo em vista que esta fase da vida fornece um grande número de experiências que são tentativas de desenvolver o conhecimento, o saber ser e fazer, além de inúmeras formas de relação consigo mesmo e com suas experiências, elementos que são imprescindíveis para orientar-se em sua existência.

Ainda na visão do autor essas intervenções devem possuir um cunho emancipatório, no sentido de que convidam o indivíduo a considerar formas diferentes das habituais de se relacionarem consigo mesmos, com os outros e com o mundo, tomando distância do que é óbvio em suas experiências e rotinas, percebê-las e simbolizá-las como outro (Guinchard, 2012), quer seja, com uma visão abrangente e contextualizada, daí a característica emancipatória que o projeto de vida concede ao indivíduo com habilidades de refletir sobre si não apenas centrado em sua jornada profissional ou formação, mas concebendo um percurso de vida que faça sentido, como um ato contínuo de concepção e construção de sua vida (Savickas, et al, 2009).

3 MÉTODO, RESULTADOS E DISCUSSÃO

No processo inicial desta pesquisa, observou-se de imediato uma carência geral de um corpo estruturado de psicologia escolar na maioria das instituições de ensino da região metropolitana de São Luís - MA. Portanto, optou-se por estabelecer um enfoque para pesquisa de campo no IEMA que, como mencionado no capítulo anterior, é uma instituição de ensino da rede pública que enfatiza o ensino técnico e possui um núcleo de psicologia escolar atuante, integrando

a elaboração do Projeto de Vida a sua grade curricular desde o 1º ano do ensino médio.

3.1 Metodologia qualitativa

O método escolhido para a coleta de dados em campo, foi o da entrevista aberta, por meio da qual pretendeu-se fazer uma análise qualitativa dos discursos dos alunos acerca de suas experiências pessoais relacionadas ao Projeto de Vida executado dentro e fora da escola. Concluiu-se que para melhor cumprir o objetivo desta pesquisa, de atingir um nível de compreensão sobre a percepção desses alunos acerca do Projeto de Vida na prática, esta seria a técnica melhor empregada, pois seguimos a entendimento de que:

Em resumo, a abordagem qualitativa ou idiográfica parte da premissa de que a ação humana tem sempre um significado (subjetivo ou intersubjetivo) que não pode ser apreendido somente do ponto de vista quantitativo e objetivo (aqui entendido como independente do percebido e do contexto da percepção). O significado subjetivo diz respeito ao que se passa na mente consciente ou inconsciente da pessoa (individualismo metodológico – o nível de análise é a pessoa) e o significado intersubjetivo se refere ao conjunto de regras e normas que favorecem o compartilhamento de crenças por grupos de pessoas inseridas em determinado contexto sociocultural (holismo metodológico – o nível de análise é a estrutura e os sistemas) (Fraser; Gondim, 2004).

Desta forma, ainda segundo Fraser e Gondim (2004), este método privilegia a fala de atores sociais sendo apropriada para investigações cujo objetivo é conhecer como as pessoas percebem o mundo, favorecendo o acesso direto ou indireto a opiniões, crenças valores e significados atribuídos a si e ao mundo.

Para tanto, limitou-se a amostragem a 5 participantes, sendo estes estudantes do 3º ano do Ensino Médio do IEMA, de 16 a 17 anos, de ambos os sexos, que cursaram os 3 anos do Ensino Médio na instituição, tendo portanto usufruído tanto da disciplina de Projeto de Vida quanto de diversas outras atividades escolares relacionadas à Orientação Profissional.

Na execução da pesquisa, buscou-se avaliar tanto da instituição quanto dos alunos através do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, por meio do qual foi autorizada a gravação em áudio do procedimento bem como enfatizou-se quanto a não obrigatoriedade de participação e de resposta a qualquer um dos quesitos. Utilizou-se um rol de perguntas objetivas relacionadas a

identificação dos alunos, compreendendo nome, idade, tempo na instituição e o curso técnico de escolha, e um rol de 9 perguntas abertas elaboradas do seguinte modo:

“1º Quais foram os fatores que contribuíram para a escolha do curso no qual você está inserido aqui no IEMA?; 2º Você tem interesse por outras áreas além da que você estuda atualmente?; 3º Como a escola tem proporcionado momentos ou atividades que levem vocês, alunos, a planejarem os seus futuros de carreira?; 4º O que você acha das ações realizadas pela escola sobre carreira/profissão?; 5º Antes da escola, você teve contato com atividades/eventos que o levaram a pensar sobre planos no futuro? Quais?; 6º Quais são os seus planos de vida após o ensino médio?; 7º Quais são os pontos fortes e os que precisam ser melhorados em relação ao projeto de vida que a escola proporciona?; 8º Quais foram as mudanças geradas em você pelas atividades de planejamento de vida da escola?; e 9º Como este projeto de vida contribui para o seu futuro?”.

3.2 Resultados encontrados e discussões suscitadas

A partir das entrevistas, verificou-se que as principais atividades proporcionadas pela instituição relacionadas à Orientação Profissional e à elaboração do Projeto de Vida foram “eventos e palestras”, visitação a outras instituições, apresentações de profissionais atuantes, “estágios oferecidos gratuitamente”, disciplina curricular de Projeto de Vida e “dinâmicas dentro da sala de aula”; tendo sido estes os eventos citados nos discursos dos alunos, conclui-se que foram os mais marcantes em suas trajetórias.

As respostas quanto ao contato anterior à escola com atividades que ocasionaram a prática do planejamento de vida foram diversas, tendo alguns alunos indicado contato em outras instituições, ou apenas entre familiares ou ainda não indicando contato algum.

Quando questionados sobre os pontos fortes e aqueles que poderiam ser melhorados nessas intervenções da própria instituição, observou-se pontos de satisfação sobre o planejamento especificamente na disciplina de Projeto de Vida que se dá no 1º e 2º ano do Ensino Médio e sobre a constante produção de momentos de conversa com profissionais psicólogos dentro do ambiente escolar. Em contrapartida, surgiram pontos de anseio sobre a expansão do Projeto de Vida para além do local escolar e das dinâmicas em sala de aula, e também foi notada uma insatisfação relacionada a dinâmicas que se limitam ao autoconhecimento e um desapontamento quanto a

indiferença de alguns colegas de turma.

Sobre a opinião dos alunos sobre os momentos planejados pela escola, em geral foi positiva, ressaltando-se uma necessidade de conhecimento em mais áreas de atuação e a dificuldade de escolha, ambos processos que são facilitados pelas intervenções escolares e diálogos com os professores.

Em relação às impressões que estas intervenções deixaram nos alunos, notou-se nas perguntas relacionadas às mudanças pessoais e aos planos futuros que os alunos relataram uma melhor compreensão de escolhas e opções de áreas de atuação, também apontaram um melhor entendimento sobre si quanto às práticas que despertam os seus interesses ou não. Constatou-se também a importância de não apenas suscitar reflexões sobre o futuro, mas também de incentivar o registro das mesmas no papel, uma ação através da qual produz-se o impulso do planejamento concreto de passos sucessivos direcionados a objetivos. Desta forma, notou-se nas falas dos alunos uma predominância do desejo de ingressar em instituições de ensino superior também da rede pública, alguns já visualizando cursos específicos e outros ainda em processo de escolha, e de iniciar em uma prática remunerada.

Quanto às outras áreas de interesse além do curso escolhido na instituição, todos os alunos apontaram disposição para atuações diversas, o que indica uma variedade de opções de atuação e também uma flexibilidade de planejamento, características que possuem valor elevado no cenário atual de instabilidade do mercado de trabalho.

Em consistência com as concepções de Ciampa, D'Angelo e Velho, mencionadas no capítulo anterior, foi possível apreender a importância de se trabalhar o Projeto de Vida exatamente nesta fase do desenvolvimento como um dos elementos definidores na construção da identidade, tendo em vista o papel central que possui na orientação dos objetivos fundamentais de um indivíduo (Erikson, 1968/1976). Isso se confirma nas falas dos alunos quando relacionam as suas experiências escolares com perspectivas do futuro.

Dessa forma, apreende-se que pensar e planejar a vida na adolescência envolve uma projeção de futuro que demanda mobilizar as ações do sujeito no presente para que estejam alinhadas com o seu objetivo, de forma que não se limita a produzir uma imagem mental de um cenário futuro desejado, mas também possibilita mudanças comportamentais desde então.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente estudo teve como objetivo descrever o aprendizado colhido pelos estudantes do IEMA da experiência de planejamento de vida a partir das oportunidades proporcionadas pela própria instituição escolar, relacionando os seus relatos aos benefícios elencados pela literatura do contato com o Projeto de Vida nessa fase do desenvolvimento. Conclui-se, portanto, que foram atingidos os objetivos de pesquisa, elaborados ao início da empreitada científica.

Observa-se, conforme as falas dos alunos, referidas no decorrer do capítulo anterior, que o projeto de vida é muito bem aproveitado quando encontra espaço no contexto escolar, possibilitando à instituição, por meio de uma abordagem multidisciplinar, intervir de forma crucial em caráter educativo nos planos e perspectivas dos alunos sobre a vida pós-escola.

Vale ainda salientar as insuficiências contidas neste estudo. Tendo em vista tratar-se de um instrumento qualitativo, o material prezado na pesquisa foi a fala e a experiência dos alunos que se disponibilizaram a participar da investigação, o que não exprime as ideias e opiniões dos demais discentes da instituição ou mesmo estabelece uma estimativa relacionada ao aproveitamento geral dos alunos em relação à disciplina e demais atividades de Projeto de Vida. Desta forma, sugere-se que o estudo não se esgote neste instrumento, mas que possa ser complementado com uma perspectiva quantitativa no futuro.

Em suma, fica clara a relação entre o projeto de vida e o amadurecimento da perspectiva dos jovens entrevistados sobre si mesmos e sobre um delineamento do futuro que leve em consideração as suas particularidades. Concluindo-se, portanto, por um bom aproveitamento das atividades de Projeto de Vida executadas na instituição.

REFERÊNCIAS

ABRAOPC – Associação Brasileira de Orientação Profissional e de Carreira. Você sabe o que é Orientação Profissional? Oriente-se! (Cartilha). Disponível em: <<https://abraopc.org.br/>>. Acesso em: 25 de abril de 2023.

ARNETT, J. J. (2000). Emerging adulthood: A theory of development from the late teens through the twenties. *American Psychologist*, 55, 469-480.

ARNETT, J. J. (2004). *Emerging adulthood: The winding road from the late teens through the twenties*. Nova York: Oxford University Press.

BRASIL. Lei nº 13.415, de 16 fevereiro de 2017. Altera as Leis nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, e 11.494, de 20 de junho 2007, que regulamenta o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da

Educação, a Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, e o Decreto-Lei nº 236, de 28 de fevereiro de 1967; revoga a Lei nº 11.161, de 5 de agosto de 2005; e institui a Política de Fomento à Implementação de Escolas de Ensino Médio em Tempo Integral. Brasília, DF: Diário Oficial da União, 2017.

CIAMPA, A. C. (1987). A estória do Severino e a História da Severina: um ensaio de Psicologia Social. São Paulo: Brasiliense.

D'ANGELO, H. O. (1994). Modelo integrativo del proyecto de vida.

Habana: Provida.

ERIKSON, E. (1976). Identidade, juventude e crise. Zahar. (Obra original publicada em 1968).

FRASER, Márcia Tourinho Dantas e GONDIM, Sônia Maria Guedes. **Da falado outro ao texto negociado: Discussões sobre a entrevista na pesquisa qualitativa**. Paidéia, 2004. Bahia. Págs. 139-152. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/paideia/a/MmkPXF5fCnqVP9MX75q6Rrd/?format=pdf&lang=pt>>. Acesso em: 25 de abril de 2023.

GUICHARD, Jean. **Quais os desafios para o aconselhamento em orientação no início do século 21?**. Rev. bras. orientac. prof [online]. 2012, vol.13, n.2 [citado 2023-04-25], pp. 139-152. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1679-33902012000200002&lng=pt&nrm=iso>. ISSN 1984-7270. Acesso em: 25 de abril de 2023.

HAVINGHURST, R. (1952). **Developmental tasks and education**. 2ª Edição. Nova York: David McKay.

IEMA. Disponível em: <<https://iema.ma.gov.br/>>. Acesso em: 25 de abril de 2023.

LASSANCE, Maria Célia Pacheco, MELO-SILVA, Lucy Leal, BARDAGI, Marúcia Patta, PARADISO, Ângela Carina Paradiso. **Competências do orientador profissional: uma proposta brasileira com vistas à formação e certificação**. Rio Grande do Sul. Revista Brasileira de Orientação Profissional, 2007, pp. 87-93, Disponível em:

<<http://pepsic.bvsalud.org/pdf/rbop/v8n1/v8n1a08.pdf>>. Acesso em: 25 de abril de 2023.

MANDELLI, Maria Teresa; SOARES, Dulce Helena Penna e LISBOA, Marilu Diez. **Juventude e projeto de vida: novas perspectivas em orientação profissional**. Arq. bras. psicol. [online]. 2011, vol.63, n.spe [citado 2023-04-25], pp. 49-57. Disponível em:

<http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1809-52672011000300006&lng=pt&nrm=iso>. ISSN 1809-5267.

Acesso em: 25 de abril

de 2023.

Material do Educador - Aulas de Projeto de Vida - 1º e 2º do Ensino Médio. 1ª Edição. Instituto de Corresponsabilidade pela Educação, Pernambuco. 2016. Disponível em:

<<https://iema.ma.gov.br/wp-content/uploads/2022/11/CADERNO-II-Aulas-Estruturadas-de-Projeto-de-Vida.compressed.pdf>>. Acesso em: 25 de abril de 2023.

Modelo Pedagógico - Conceitos. 1ª Edição. Instituto de Corresponsabilidade pela Educação, Pernambuco. 2015. Disponível em:

<<https://iema.ma.gov.br/wp-content/uploads/2022/11/Modelo-Pedagogico-Conceitos.pdf>>. Acesso em: 25 de abril de 2023.

Plano de Ação 2022. IEMA. Disponível em: <https://iema.ma.gov.br/wp-content/uploads/2022/11/P.ACAO-2022_IEMA.pdf>. Acesso em: 25 de abril de 2023.

SAVICKAS, M. L., Nota, L., ROSSIER, J., DAUWALDER, J. P., DUARTE, M.

E., GUICHARD, J., et al. (2009). **Life designing: A paradigm for careerconstruction in the 21st century.** Journal of Vocational Behavior, 75, 239-250.

SOARES, D. H. P. **A escolha profissional: do jovem ao adulto.** São Paulo: Summus. 2002.

SUPER, D.E. & SVERKO, B. **Life roles, values and careers: International findings of the Work Importance Study.** São Francisco, 1995.

TENENTE, Luiza. **Entenda o que é ‘Projeto de Vida’, componente obrigatório do novo ensino médio a partir deste ano.** G1. 12 de janeiro de 2022. Seção Educação. Disponível em:

<<https://g1.globo.com/educacao/noticia/2022/01/12/o-que-e-projeto-de-vida-novo-ensino-medio.ghtml>>.

Acesso em: 25 de abril de 2023.

Unidades do IEMA proporcionam acesso à educação de qualidade.

Imirante, São Luís, 11 de outubro de 2022. Disponível em:

<<https://imirante.com/oestadoma/noticias/2021/05/08/unidades-do-iema-proporcionam-acesso-a-educacao-de-qualidade>>. Acesso em: 25 de abril de 2023.

VELHO, G. (1994). **Projeto e metamorfose: antropologia das sociedades complexas.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar.

PSICOLOGIA DO ESPORTE NO MARANHÃO: História e Tendência

RAPOSO, Alice Cassandra Silva
LIMA, Hirlene Raquel Reis Caires de
PIRES, Mônica Laís Lima
VICENTE, Noemia Cabral
LEITE, Yanca Letícia Silva

RESUMO

O presente trabalho objetiva conhecer a psicologia do esporte no Maranhão, a partir de seu processo histórico e as tendências que repercutem na contemporaneidade. Almeja-se com essa pesquisa, ampliar os debates acerca da temática em questão, fornecendo mesmo que de forma breve, elementos teóricos que contemplam o processo histórico da psicologia do esporte e seus desafios. Logo, a pesquisa seguiu os princípios de uma revisão bibliográfica com abordagem qualitativa, a fim de analisar de forma subjetiva os aspectos que envolvem a psicologia do esporte no estado. Para tanto, foram utilizados artigos e dissertações disponibilizados na base de dados da SCIELO, Revistas Eletrônicas de Psicologia e na Biblioteca Virtual da Universidade Federal do Maranhão. Através do estudo, percebeu-se uma tênue produção do acervo literário no que tange a psicologia do esporte no Maranhão. Contudo, apesar da pouca literatura, nota-se os avanços que existem na área supracitada, em especial, na compreensão das Leis vigentes acerca da necessidade desta abordagem para com os atletas no Brasil, e, portanto, no estado maranhense.

Palavras-chave: Psicologia do Esporte. Psicologia no Maranhão. Área de atuação.

1 INTRODUÇÃO

Na contemporaneidade, muitos profissionais da psicologia estão passando a conhecer de forma técnica e metodológica a Psicologia do Esporte. Esta área tem ganhado notoriedade a nível mundial, em decorrência das inúmeras situações presenciadas em jogos olímpicos e/ou mundiais/nacionais, a exemplo da Ginasta Simone Biles, uma das maiores ginastas da contemporaneidade, que desistiu de competir nas Olimpíadas em Tóquio em 2021, após problemas em sua saúde mental decorrente da pressão olímpica. Percebe-se que muitos atletas apresentam problemáticas relacionadas à falta de estrutura emocional, impactando diretamente sua saúde mental e, portanto, suas relações sociais e com o esporte (Privado, 2018).

Estas manifestações se potencializaram no período pandêmico decorrente da COVID-19, no qual muitos atletas se distanciaram das competições, desvelando situações que carecem de atenção da classe de profissionais da psicologia do esporte. Contudo, apesar de ser um tema

classificado como “novo”, esse campo de atuação se faz presente há muito tempo na história da psicologia, mesmo que de forma tímida e desbravadora, nas modalidades desportivas no Brasil.

Apesar de ser elencado período pandêmico, nota-se que as diversas transformações na sociedade brasileira, como por exemplo: reestruturação da economia e da política, desenvolvimento industrial, reformulação da saúde, rupturas com ideologias conservadoras, o que se percebe é que a Psicologia tem se feito presente nas mudanças sociais, buscando de forma contínua a sua identidade profissional e distanciando-se de práticas pragmáticas e mecanizadas.

Logo, essa perspectiva refletiu no Maranhão, que mesmo de forma morosa, as transformações sociais e ideologias possibilitaram ampliar os ramos de atuação da psicologia, em especial, a psicologia do esporte, que tem avançando ao longo dos anos na seara acadêmica e profissional (CARVALHO, 2017). Desta forma, o presente trabalho tem como objetivo conhecer a história da psicologia do esporte no estado maranhense, pois observa-se nessa área do Maranhão vem desafiando psicólogos na atuação, qualificação e compreensão do fazer psicológico nas ações desportivas.

Trata-se de uma pesquisa bibliográfica com abordagem qualitativa, no qual realizou-se uma busca por artigos e dissertações disponibilizadas em Revistas eletrônicas de Psicologia e na Biblioteca Virtual da Universidade Federal do Maranhão - UFMA, a fim de coletar informações e dados necessário à temática proposta.

2 A HISTÓRIA DA PSICOLOGIA NO MARANHÃO

A história da psicologia no Maranhão surge imbricada aos métodos médicos-pediátricos, com abordagem educacional, assim como em outras regiões do Brasil. Nota-se no percurso histórico da psicologia no referido estado que suas dimensões teórico-práticas se alinhavam às perspectivas da psiquiatria, em especial, ao tratamento relativo da saúde mental dos pacientes (Araújo, 2005).

A partir de 1987, os primeiros psicólogos passaram a atuar no Hospital Nina Rodrigues¹, contudo, sem vínculos empregatícios. Estes foram cooptados para o acompanhamento

¹ O Hospital Nina Rodrigues é um hospital público estadual localizado em São Luís, no Maranhão. referência no tratamento de diversas especialidades psiquiátricas. Foi fundado em 1941 e tem esse nome em homenagem ao médico maranhense Raimundo Nina Rodrigues (O IMPARCIAL, 2018).

psicoterápico dos pacientes, uma vez que neste período as formações em psicologia no estado eram escassas. Neste período, destaca-se que a fim de ampliar o incentivo à entrada de profissionais da Psicologia no Maranhão, criou-se na Universidade Federal do Maranhão (UFMA), o Departamento de Psicologia, mesmo sem haver ainda a estruturação do curso (Privado, 2018).

O curso então foi iniciado somente em 1970, o que explica as primeiras “chamadas” iniciais de psicólogos no estado nos anos subsequentes, em especial, em clínicas e hospitais psiquiátricos. Destaca-se que os coordenadores e professores do curso, eram em sua grande maioria, professores do curso de Medicina, Pedagogia e Filosofia (Privado, 2018). Só em 1988 foi criado o Projeto Pedagógico de Curso (PPC), que estipulou as diretrizes pertinentes ao curso de Psicologia na UFMA, assumindo um viés de transformação social considerando as especificidades do estado e da capital ludovicense, alinhando às expectativas de atuação do profissional em psicologia, compreendendo as realidades sociais e culturais do povo (Brasil, 1988).

É pertinente salientar que o Brasil neste período passava por mudanças estruturais políticas, ideológicas e econômicas, tais como: processo de industrialização, êxodo rural e (re)democratização, potencializando mudanças sociais.

Logo, o Maranhão também acompanhava essas reestruturações políticas, de modo que, um processo de ruptura de práticas conservadoras e pragmáticas passaram a fazer parte dos debates políticos e sociais (Yamamoto; Oliveira, 2010).

Essas perspectivas também refletiam diretamente nos desdobramentos dos cursos de graduação no estado, em especial, aqueles que estavam atrelados ao bojo social da saúde. Nesse sentido, atuações menos estigmatizadas e mecanizadas tornaram-se pertinentes às práticas profissionais e/ou laborais, ou seja, as lacunas éticas, humanizadas e subjetivas quanto ao atendimento e acolhimento aos pacientes, passaram a integrar as noções do agir profissional, e nesse caso, dos psicólogos (Motta, 2007).

Todas essas dimensões só foram possíveis com a nova Constituição Federal de 1988, que impulsionou novas percepções políticas, assistenciais e de saúde. Em linhas gerais, a Carta Magna de 88 promoveu a integração e universalização dos elementos que constituem a saúde no Brasil, desvelando em seu escopo social e jurídico, os instrumentos e ferramentas para compreender a saúde como um requisito imprescindível e necessário para a sociedade. Destaca-se que a saúde mental apesar de pouco discutida na época, também fazia-se presente nos debates e discussões, mesmo que de forma tímida (Motta, 2007).

Apesar dos avanços inegáveis que a CF (1988) trouxe para o Brasil, as dificuldades nos processos de trabalho, ainda estavam enraizadas na sociedade brasileira. Nesse sentido, não haviam projetos sociais que pudessem minimizar os problemas do desenvolvimento econômico e social no Maranhão: migração; expropriação de terra; construção de hidrelétricas, dentre outros, potencializaram a manifestação de problemáticas urbanas e rurais (Motta, 2007).

Desta forma, os cursos de psicologia na década de 1990 passaram a integrar uma nova perspectiva teórica-metodológica, ou seja, “contribuir com a compreensão e solução dos problemas sociais do Brasil, considerando as incertezas e realidade do período” (Araújo, 2005, p. 217). Nota-se que os períodos históricos e seus desdobramentos político-sociais influenciavam diretamente as práticas profissionais e as dimensões do curso de Psicologia, outrora estava alinhada às noções médico- pediátricas, outrora as manifestações dos problemas sociais oriundos do processo de desenvolvimento regional (Araújo, 2005).

Segundo Araújo (2005), os desafios inerentes ao curso e, portanto, a prática profissional da psicologia no Maranhão, estava inserida em uma busca constante por identidade. Esta busca fomentou a criação de congressos, debates, encontros e reflexões que pudessem corroborar com a (re)construção de uma categoria que buscava a consolidação de seu agir profissional no Brasil. Destarte, os psicólogos no Maranhão passaram a integrar novos espaços, como por exemplo: Departamento Estadual de Trânsito (DETRAN); Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais (APAE); Fundação Casa (FEBEM); Consórcio de Alumínio do Maranhão S.A (ALUMAR); VALE, CORREIOS, dentre outros. Este cenário, demonstra que a Psicologia no estado, apesar dos desafios, passou a construir mesmo que morosamente, seu espaço nas instituições. Desta forma, destaca-se a inserção da psicologia no esporte, que emergiu na década de XX, que traz em sua dimensão teórico-prática a importância de integrar a saúde mental esportiva na contemporaneidade.

3 A HISTÓRIA E TENDÊNCIA DA PSICOLOGIA DO ESPORTE NO MARANHÃO

Antes de adentrar nas abordagens históricas que envolvem a psicologia do esporte no Maranhão, prescinde destacar a tênue produção de estudos acerca desta temática, em especial, no estado. Logo, esta perspectiva desvela uma problemática pertinente ao tema: pouco arcabouço teórico, técnico e metodológico acerca do processo histórico da Psicologia esportiva no Maranhão.

Desta forma, o que será transmitido no referido estudo são as construções teóricas de autores que compõem a narrativa científica da psicologia do esporte no Brasil e no Maranhão. Talvez a tênue de produções do tema supracitado no estado, esteja imbricado a recente integração da disciplina Psicologia do Esporte na grade curricular dos cursos de Psicologia, a exemplo da UFMA, no qual teve sua gênese em 2015 a partir da atualização do Projeto Pedagógico, que incluiu a referida disciplina, ampliando as áreas de atuação do psicólogo (PRIVADO, 2018).

Como outrora citado, a Psicologia do Esporte surgiu no século XX no Brasil, atrelada às modificações estruturais decorrente das mudanças políticas e sociais, onde viu-se a necessidade de abordar contextos antes não vistos, como por exemplo: a importância da qualidade da saúde mental dos atletas, em virtude do cansaço excessivo, pressões acerca do desempenho, distanciando da família, dentre outros fatores (RUBIO, 2001).

Compreendendo as demandas desportivas tanto no contexto competitivo quanto fora das disputas, esta área da psicologia investiga as “causas e os efeitos das ocorrências psíquicas que apresenta o ser humano antes, durante e após o exercício ou o esporte, sejam esses de cunho educativo, recreativo, competitivo ou reabilitador” (BOCK, 1999, p. 17). Face o exposto, sua aplicabilidade profissional surge a partir da compreensão de que o atleta necessita de aporte psicológico diante de suas fragilidades, vulnerabilidades e potencialidades, haja vista que a saúde mental destes compõem um importante papel para a superação dos desafios inerentes aos esportes.

No Brasil, as abordagens psicológicas no cenário esportiva, iniciam-se em 1950 com João Carvalhaes². Apesar de não ser ainda uma profissão regulamentada, alguns profissionais já desempenham atividades e práticas psicológicas, como no caso de Carvalhaes. Este, elaborava artigos da seara citada correlacionado com o boxe e a relação dos atletas com o ringue (Carvalho, 2009).

Esta conjuntura, foi a mola propulsora para a ampliação dos estudos acerca da psicologia do esporte e suas contribuições para os atletas brasileiros. Ainda, com a expansão do futebol brasileiro e sua magnitude mundial, Carvalhaes em 1950 foi cooptado em aplicar seus

² Considerado como pioneira da psicologia do esporte no Brasil, João Carvalhaes, atuou São Paulo Futebol Clube, onde prestou serviços sobre os estados tensionais como fator predisponente às distensões musculares, além de ter trabalhado também na aplicação e interpretação de testes de personalidade e inteligência; organização e orientação de cursos que visem à preparação psicológica dos atletas; orientação e instalação do laboratório de futuras experimentações e pesquisas, com recursos para medir visão estereoscópica (binocular), reação psicomotora a estímulos visuais e a estímulos auditivos (HISTÓRIA E MEMÓRIA DA PSICLOGIA EM SP, 2018).

conhecimentos de psicotécnica, compreendendo a realidade esportiva brasileira junto com a Federal Paulista de Futebol (Carvalho, 2009).

Logo após a década de 1950, perceberam-se avanços no tocante a implantação da psicologia do esporte. Assim, iniciam-se contratações e investimentos, mesmo que de forma morosa, nas Copas do Mundo, Olimpíadas, dentre outros eventos desportivos (Carvalho, 2009). No Maranhão, diferente de outras regiões, como São Paulo, Porto Alegre e Rio de Janeiro, o avanço da psicologia do esporte se deu forma sutil, o que se afirmou através da existência poucos ou a inexistência de relatos e experiências que impulsionaram a integração desta área da psicologia no estado. Em uma entrevista de Cristina Carvalho, professora de psicologia da UFMA concedida pela revista psicologia do esporte no Brasil, explicita:

[...] comecei lá em 2000, diria que empiricamente, pois pouco se sabia sobre a Psicologia do Esporte no Brasil. A produção científica começa nos anos 90 muito timidamente. Na faculdade (término em 1993) não ouvir falar de Psicologia do Esporte, e olha que eu me formei em Brasília. Então minha busca foi pessoal e minha prática foi autodidata [...] (CARVALHO, 2010 *apud* CFP, 2010).

Observa-se que o percurso acerca da psicologia do esporte no Maranhão é recente, uma vez que só em 2006 foi criado o Estágio Supervisionado em psicologia do esporte na UFMA, e ainda, no mesmo ano, foi aplicado ao curso de Educação Física da referida Universidade (Carvalho, 2009).

Nossa realidade local é difícil. Se nos grandes centros os psicólogos ainda sentem dificuldades de se inserir no mercado, no Maranhão então é quase impossível. Quase! Porque com muita disposição, conhecimento e determinação poucas coisas são impossíveis[...] hoje posso dizer que a Psicologia do Esporte existe na capital maranhense, mas é uma batalha constante para conquistar novos espaços (Carvalho, 2010).

Atualmente, a disciplina psicologia do esporte faz parte da grade curricular da UFMA do curso de psicologia com carga horária de 60hrs, no 5º período de forma teórica (sem prática), no qual são abordados temas como: histórico e descrição da psicologia do esporte; psicologia e as ciências do esporte; campos atuação do psicólogo do esporte; e processos psicológicos básicos aplicados ao esporte (UFMA, 2014).

Ainda, compõe como disciplina optativa com ênfase nos processos psicossociais, cuja disciplina é: Tópicos Especiais em Psicologia do Esporte, com prática associada, atuando nos seguintes temas: Psicologia do Esporte no Brasil; Interface entre a Psicologia e as ciências do

esporte; Aspectos psicossociais do esporte; Campos de atuação do Psicólogo do esporte; Formas de intervenção; e Postura ética do profissional de psicologia do esporte (UFMA, 2014).

Já existem muitos profissionais atuantes na área da psicologia do esporte no Maranhão, em modalidades como: beach soccer, futebol, vôlei, basquete, handball, dentre outros. Contudo, é inegável que apesar dos avanços, é de suma importância ampliar as discussões sobre esta área da psicologia no Maranhão, compreendendo que esta também é uma forma e instrumento de potencializar as práticas esportivas no estado. Sabe-se que o esporte pode ser um agente transformador e está incluído de forma intrínseca nas relações sociais. Logo, compreender as facetas que envolvem as modalidades esportivas no que tange as abordagens da psicologia, torna-se imprescindível na contemporaneidade.

4 LEGISLAÇÃO DO PSICÓLOGO DO ESPORTE

Para que a prática profissional do psicólogo do esporte seja efetivada nacionalmente, é necessário a materialização desta a partir da legislação vigente. A Lei 9.615/1998, denominada de Lei Pelé, foi criada com a finalidade de resguardar e incluir direitos para os atletas brasileiros, dentre os quais, destaca-se a assistência psicológica. Contudo, a Lei em questão, aplica-se somente para atletas em formação, não sendo obrigatória para times profissionais.

Entendendo as fragilidades e lacunas existentes na referida Lei, a Comissão do Esporte da Câmara dos Deputados que tem como representantes a deputada Celina do Distrito Federal, Marília Arraes de Pernambuco e Felipe Carreras da Bahia aprovou em 2021, um Projeto de Lei nº 2730/21 que obriga os clubes empregadores, entidades de prática desportiva de rendimento, entidades convocadoras de seleções e comitês olímpicos e paralímpicos a prestarem assistência psicologia de forma obrigatória e continuada aos seus atletas, independentemente do nível de formação destes. A proposta tramita em caráter conclusivo e será analisada agora pela Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (Brasil, 2021).

Dada essa importância, ao atendimento e acolhimento das necessidades que envolvem a saúde mental de esportistas no país, o Governo do Maranhão juntamente com a SEDEL (Secretaria de Estado do Esporte e Lazer) inaugurou uma quadra Poliesportiva do Centro de Ensino de Educação Especial Padre João Mohana, no bairro do Vinhais, destinada a crianças e

adolescentes com Transtorno do Espectro Autista (TEA), deficiência intelectual, paralisia cerebral, entre outros tipos de deficiências (SEDEL, 2022).

Toda a edificação do local, bem como sua estrutura interna e externa, tem como foco atender as especificidades e demandas das crianças e adolescentes com transtornos e deficiências. Esta perspectiva promove o desenvolvimento de potencialidades motoras, psíquicas e sociais, uma vez que o esporte tende a fornecer e garantir melhor qualidade de vida e ainda, contribui para um desenvolvimento saudável (SEDEL, 2022).

Nota-se que essa iniciativa destinada às crianças e adolescentes com deficiências no estado, promove a ampliação de recursos, bem como a aplicação de políticas sociais destinadas a este público, compreendendo a importância de aliar o esporte com as necessidades específicas, promovendo sobretudo, a participação social, a cidadania e o pleno desenvolvimento do seu processo de ensino- aprendizagem mediante a prática esportiva (Brasil, 2021).

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A psicologia do esporte é uma área em constante ascensão, haja vista as problemáticas, ocorrências, queixas e transtornos que atletas veem desenvolvendo ao longo dos anos. É inegável que as pressões que envolvem o mundo desportivo têm aumentado de forma intensa, impactando a vida social e emocional dos seus praticantes.

No Brasil, os debates acerca da importância da psicologia do esporte evidenciam-se a cada período histórico, a cada mundial das mais diversas modalidades, uma vez que os noticiários e profissionais do esporte tem mostrado as fragilidades e vulnerabilidades dos atletas sejam eles de alto rendimento ou não.

Compreender a importância desta área no universo do esporte, corrobora diretamente para a minimização de problemas relacionados à saúde mental dos atletas. Destaca-se que o esporte maranhense, tem ganhando destaque ao longo dos anos e este cenário aponta para uma conjuntura pertinente à contemporaneidade: a necessidade de ampliação de profissionais psicólogos capacitados e habilitados em atender os profissionais atletas locais, bem como a construção de elementos científicos e técnicos que possam subsidiar futuros estudos direcionados ao Maranhão.

A partir do processo de construção do estudo e da literatura analisada, percebeu-se a falta de acervo literário quanto a psicologia do esporte no Maranhão, bem como sua gênese até os

dias atuais. São literaturas apenas focados no *locus* acadêmico, não enfatizando as abordagens profissionais locais.

REFERÊNCIAS

- ARAÚJO, Márcia Antônia Piedade. Conhecendo a psicologia do Maranhão. Estudos e pesquisas em psicologia, UERJ, RJ, ano 5, n.1, 1º semestre de 2005. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1808-42812005000100010. Acesso em: 05 de maio de 2022.
- BOCK, A. M. B. A psicologia a caminho do novo século: identidade profissional e compromisso social. Estudos em psicologia, Natal, v. 4, n. 2, p. 315-329, jul./dez. 1999a.
- CARVALHO, Cristiane Almeida. Para além do tempo regulamentar: uma narrativa sobre a história da psicologia do esporte no Brasil. Tese de doutorado, UERJ, 2009. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1809-68672009000200011. Acesso em: 09 de maio de 2022.
- GAETNER, G. (Org.). Psicologia e ciências do esporte. Curitiba: Juruá, 2009
- MOTA, Célia Maria de. O Maranhão neoliberal: uma contraditória lógica capitalista. 2007. Disponível em: http://www4.pucsp.br/neils/downloads/pdf_19_20/16.pdf. Acesso em: 02 de maio de 2022.
- PRIVADO, Thaísa Drielle Louzeiro. O processo de estruturação do primeiro curso de Psicologia no Maranhão: impactos e consequências na formação do psicólogo. 2018. Monografia apresentada ao curso de Psicologia da Universidade Federal do Maranhão. 102f. Disponível em: <https://monografias.ufma.br/jspui/bitstream/123456789/3045/1/THAISA-PRIVADO.pdf>. Acesso em: 10 de maio de 2022.
- PROJETO do curso de psicologia da UFMA. São Luís. 1988. PROJETO do curso de psicologia da UFMA. São Luís. 2015.
- RÚBIO, Kátia. Psicologia do esporte: interfaces, pesquisa e intervenção. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2001.
- RÚBIO, Kátia. Psicologia do Esporte: teoria e prática. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2003.
- PSICOLOGIA DO ESPORTE, Entrevista – Cristiane Carvalho, por Rodrigo Scialfa Falcão. 2010. Disponível em: <https://psicologianoesporte.com.br/entrevista-cristianne-carvalho/>. Acesso em: 10 de maio de 2022.
- PORTAL UFMA. Projeto Político Pedagógico do Curso de Psicologia. 2014. Disponível em: <http://www.ufma.br/portalUFMA/arquivo/MGemD6J4YatwNtg.pdf>. Acesso em: 09 de maio de 2022.
- YAMAMOTO, OH. OLIVEIRA, IF. Política Social e Psicologia: uma trajetória de 25 anos. 2010.

FORMAÇÃO DE PSICÓLOGOS ESCOLARES NO MARANHÃO: Uma Análise da Trajetória Histórica

MARQUES, Camila Vieira
DOVERA, Yasmin Alike Rodrigues
MORAIS, Lilia Hellen de Sousa
CASTRO, Mayara Madalena Santos
SOUZA, Sarah Sthephanny Braga de
PEREIRA, Stefany Oliveira

RESUMO

Com o avanço da psicologia escolar no Brasil e em todo o território nacional, causas psicológicas se tornaram cada vez mais evidentes no Maranhão. Assim a psicologia escolar ganhou destaque no Estado do Maranhão, trazendo discussões importantes e de variados temas. Essa pesquisa se trata de uma análise, cujo principal objetivo é trazer a trajetória histórica da psicologia escolar no território brasileiro, e sua chegada no Maranhão. Os objetivos estabelecidos foram: trazer informações acerca da atuação dos profissionais de Psicologia dentro das instituições, os desafios que enfrentam e a importância dessa abordagem (psicologia escolar) para as escolas. A escuta destes profissionais no âmbito escolar tem sido significativa para melhoria e desempenho dos professores, profissionais escolares, pais e principalmente dos alunos. A pesquisa foi realizada por consultas em repositórios bibliográficos, reconhecendo a produção científica sobre o tema. Entre outros resultados, a revisão qualitativa sobre a atuação de psicólogos no Maranhão traz a discussão de perspectivas para este cenário com a diligência para essa região.

Palavras-chave: Psicologia escolar no Maranhão. Atuação do psicólogo. História da psicologia. Educação básica. Desafios atuais.

INTRODUÇÃO

A psicologia escolar surgiu com o objetivo de atender e ajudar nas demandas e necessidades das crianças e adolescentes com problemas na aprendizagem e na adaptação escolar. Sua eficácia é tão importante que foi regulamentado por lei que as escolas públicas tenham a atuação desses profissionais. Essa chegada da psicologia no cenário brasileiro ocorreu no início do século XX, como campo do saber ligado à Medicina e a Pedagogia. Por estas mesmas vias, a Psicologia se inseriu no Maranhão, décadas depois. E nos anos 60, após a regulamentação da profissão de psicólogo, surgiu a Psicologia Escolar como um campo de atuação profissional (Carvalho; Marinho-Araújo, 2009).

Segundo Oliveira e Araújo Marinho (2009), o Maranhão é um estado nordestino carente em termos de desenvolvimento educacional e observa-se efeitos disso na psicologia escolar. Tal fato se mostra como súplica para pesquisas e investigações que se comprometam com

a transformação desta realidade.

Para Ribeiro (2020), a psicologia na educação vai se manifestando da compreensão que a escola é um ambiente cheio de dificuldades, sendo elas no ambiente pessoal do aluno, as problematizações sociais que esses enfrentam. Trata-se como a escola deve ser esse lugar que se buscar a diminuição das desigualdades sociais e olhar em parceria com as instituições governamentais com possibilidades de melhorias no desenvolvimento em meio aos processos de aprendizagem oferecidos contemporaneamente.

A recente história de formação de psicólogos no Maranhão é marcada por conquistas políticas e sociais que preservam o valor dos psicólogos nas IE, visto como agente transformador dessa educação. A psicologia escolar no Maranhão assume sua trajetória de grandes desafios para compreender melhor o cenário educacional, além de, colaborar com a atuação do psicólogo para se desenvolver formações de alunos mais produtivos e empenhados por um futuro educacional (Ribeiro, 2020).

Em virtude de evidenciar a importância de uma abordagem mais a fundo sobre a psicologia escolar, o presente artigo discorre sobre o tema por meio dos 3 (três) principais tópicos que devem ser compreendidos a respeito do mesmo. No primeiro capítulo, aprimora-se o conhecimento sobre a trajetória histórica da Psicologia Escolar no Maranhão, destacando-se os caminhos que foram percorridos até a sua chegada no Estado. No segundo, será dedicado à importância e o papel do psicólogo escolar frente as necessidades para uma boa educação. No terceiro capítulo, aborda-se a atuação e a realidade atual dos psicólogos dentro das escolas. E por fim, no último capítulo, analisa-se sobre o cenário contemporâneo, com suas linhas de ação e possíveis lacunas da Psicologia Escolar no Maranhão.

Neste trabalho, serão apresentados os resultados adquiridos por meio de uma referencial teórico acerca do tema proposto, no setor de psicologia escolar, referente a prática interdisciplinar I do curso de graduação em psicologia da Faculdade Edufor, sob orientação da Prof^o Dayanna Gomes Santos. A pesquisa em questão propõe examinar de maneira holística a realidade da psicologia escolar no Estado do Maranhão, desde sua trajetória: dos primórdios aos dias atuais, as estruturas curriculares dos profissionais em formação e os seus impactos dentro das escolas.

Os estudos acima, de caráter geral, têm como objetivos fornecer uma revisão sistemática sobre os primórdios da psicologia escolar, seu impacto na atuação do psicólogo escolar

e o exame da realidade da psicologia nas instituições escolares maranhenses. Neste trabalho também serão apresentados dados bibliográficos pesquisados em banco de dados de pesquisa acadêmica, sendo utilizado as palavra-chave: “Psicologia”, “Psicologia escolar”, “Psicologia escolar no Maranhão” e “História da psicologia”.

2 HISTÓRIA DA PSICOLOGIA ESCOLAR NO MARANHÃO

Com o avanço da Psicologia no Brasil em todo o território nacional, causas psicológicas se tornaram cada vez mais evidentes no Maranhão. De início, a falta de profissionais especializados na área fez com que a linha de frente, para trabalhar com pessoas que apresentavam demandas pessoais, fosse direcionada a outras áreas da saúde. Médicos pediatras e psiquiatras se tornaram os principais responsáveis por formar equipes para o tratamento de pacientes com problemas mentais.

Um dos pioneiros da Psicologia no Maranhão foi o Padre João Miguel Mohana. Nascido na cidade de Viana, localizada a 107.58 km da capital de São Luís, Mohana formou-se em Medicina e após alguns anos de atuação médica decidiu abandonar a profissão e seguir o sacerdócio. Carregando consigo um vasto conhecimento da Psicologia e Psicanálise, Mohana deixou seus conhecimentos a serviço da sociedade e por tempos foi procurado pela população para tratar problemáticas espirituais e sociais do homem.

Para Mohana, o saber psicológico privilegiava a busca de um maior desenvolvimento do ser, através de uma psicologia baseada em reflexos sobre a vida. Tratava de assuntos do cotidiano, da intimidade humana, especificamente da incerteza, da dúvida e de como os fatos exteriores ocasionaram verdadeiros cataclismas interiores. Ensinava que a adversidade, as neuroses e as dores eram como nuvens escuras, que deveriam ser tratadas como passageiras. Contemplava uma psicologia iluminada pela fé e que indagava sobre a incerteza e a dúvida do homem perplexo diante de subir do mundo. (Imparcial, 1995, apud Araújo, 2005, p. 200)

A primeira instituição a atender pacientes com doenças mentais, foi o Hospital Nina Rodrigues. Vale ressaltar que, apesar de serem profissionais da área da saúde, todos eram remanejados de suas áreas para que houvesse atendimento clínico aos pacientes do hospital. Foi apenas em 1987 que os primeiros Psicólogos, formados em outros estados, deram início aos trabalhos no Hospital sem vínculo empregatício. Ao tomarem conhecimento da realidade, partiram para um trabalho de sensibilização junto a todos os profissionais que ali trabalhavam, a fim de que

fosse demarcado o campo de saber específico de sua área que, até então, não tinha profissionais específicos para atuação na área da Psicologia.

Apesar da grande demanda de profissionais chegando ao nosso estado, foi em 1970 que a Universidade Federal do Maranhão (UFMA) abriu-se as portas para que fosse incrementado o curso de Psicologia dentro da IES. No entanto, somente em 1990 que teremos a primeira turma de Psicologia, composta de 30 alunos ingressos por aprovação em vestibulares e sob a coordenação de Heloísa Moreira Lima Leite. Assim o curso se tornou o segundo mais procurado da instituição, dando um marco para a história da Psicologia no Maranhão.

3 O INÍCIO E CONSOLIDAÇÃO NO CENÁRIO NACIONAL

Associada ao caráter clínico e terapêutico das intervenções relacionadas às capacidades mentais elementares com base nos saberes oriundos da medicina, a Psicologia foi convidada a adentrar o universo escolar para convencer soluções referentes aos problemas de aprendizagem e comportamento, o que compromete as ações no campo pedagógico (Antunes, 2008; Barbosa; Marinho-Araújo, 2010; GUZZO; MEZZALIRA; MOREIRA, 2012)

Um marco importante para o desenvolvimento da Psicologia foi a criação da Comissão Regional de Psicologia Escolar e Educacional, no ano de 2008. Nesse período os psicólogos do Maranhão faziam parte do Conselho Regional de Psicologia do Ceará (CRP-CE/11) e foram, a partir desse momento, deslocados para o Conselho Regional de Psicologia do Maranhão (CRP-MA/22).

Criada com a finalidade de fortalecer e trazer reconhecimento para a atuação e intervenção de psicólogos escolares no território maranhense, a Comissão de Psicologia Na Educação (PsiNaed) obteve grande destaque no cenário maranhense e conseguiu proporcionar grande avanço local, nacional e internacional com os diversos eventos organizados pela mesma.

O primeiro evento organizado pela PsiNaed teve como objetivo proporcionar reflexões acerca da contribuição da Psicologia, como ciência e profissão, além de trazer discussões pautadas sobre a prática profissional e científicas de profissionais da área. O evento foi intitulado como: “I Encontro Maranhense de Psicologia Escolar”, e aconteceu no ano de 2008, conseguindo reunir representantes regionais e nacionais e abrindo.

As realizações não pararam e nos anos de 2016 e 2018, tivemos o I e II Colóquio

Maranhense sobre Autismo em São Luís/Má, mas uma vez a cúpula da Psicologia Escolar se fez presente e abriu diálogo sobre o desenvolvimento de crianças diagnosticadas com Transtorno Espectro Autismo (TEA) e formas de inclusão delas em escolas e na sociedade.

A Psicologia Escolar no Maranhão ganhou destaque e abriu portas para que cada vez mais houvesse discussões sobre os mais variados temas. Eventos como os citados acima e outros, alçaram barreiras inimagináveis e se tornaram referência em outras cidades do Brasil e tiveram reconhecimento não só nacional, mas também internacional.

4 A IMPORTÂNCIA DO PSICÓLOGO ESCOLAR

O psicólogo escolar é fundamental para proporcionar o desenvolvimento dos alunos, professores, coordenadores e os demais envolvidos no contexto educacional. Portanto, sua maestria é estabelecer melhorias na adaptação dos indivíduos e promover o bem-estar social e mental para que tenham excelência no desenvolvimento dentro da escola.

Além disso, os profissionais de Psicologia que atuam nas escolas exercem um papel muito importante na aprendizagem, pois são capazes de perceber as necessidades especiais que precisam ser aplicadas no aprendizado de determinados alunos a fim de contribuir com a melhora no rendimento escolar. Diante disso, o psicólogo tem a capacidade de adaptar e potencializar o sucesso dos estudantes, colaborando no longo processo de aprendizagem.

Este profissional no contexto escolar pode intervir nas necessidades educacionais e socioeducativas para a construção de um ambiente educacional positivo e integrador, podendo orientar e aconselhar os alunos para que tenham sucesso na história de vida profissional e vocacional. O psicólogo procura ainda interagir junto ao educando e desenvolver ações educativas que promovam a saúde mental para todos os atores do espaço escolar. Por esses motivos se torna terminantemente indispensável a contribuição de um psicólogo no âmbito educacional.

A função do psicólogo escolar é ter uma atuação preventiva, valorizando as relações sociais, exercendo as funções de neutralização, de integração, de diferenciação e de informação. Trabalhando com situações que exigirão maturidade, equilíbrio emocional e disponibilidade social, já que mantém contato com diversas pessoas. (Lacerda, 1998, p. 19)

Contudo, o profissional de psicologia escolar tem grande importância relação familiar do aluno, pois a família é responsável pela forma como o aluno responde aos métodos aplicados

na escola. Nesse sentido, as relações são estabelecidas em forma de confronto, pois cada parte responsabiliza a outra pelo fracasso escolar.

O psicólogo escolar, nesses casos, tenta determinar soluções para os problemas os quais a escola não sabe mais como resolver; alunos são considerados desinteressados e na maioria dos casos as famílias são desestruturadas. Portanto, o psicólogo busca, a partir dessas observações, contribuir para o melhor funcionamento dessa instituição, criando uma ponte entre a família, o aluno e a escola, agindo na orientação das situações cotidianas.

5 A ATUAÇÃO DO PSICÓLOGO ESCOLAR DENTRO DAS ESCOLAS

A atuação escolar surgiu com o objetivo de atender e ajudar nas demandas e necessidades de crianças e adolescentes com problemas de aprendizagem e em sua adaptação escolar. A participação do psicólogo dentro das escolas deve ser caracterizado como uma atividade social e política, com a necessidades de aprendizagem e em sua adaptação escolar. A participação do psicólogo dentro das escolas deve ser caracterizada como a necessidade de discutir os limites da educação, de integrar valores sociais, culturais e individuais.

O psicólogo escolar, tem uma grande importância aos estudos educacionais, trazendo grandes melhorias para o comportamento e desenvolvimento dos alunos, e trazendo melhorias na gestão institucional, na formação psicológica e emocional dos professores e demais profissionais dentro da instituição.

O psicólogo, os professores e a equipe escolar enfrentam problemas muitos diversos, que se expressam principalmente nas dificuldades dos alunos. Crianças com dificuldades que não são fáceis de se identificar. São crianças que geralmente apresentam comportamentos diferentes até mesmos agressivos, e que apreendem de uma a forma mais vagarosa. Cabe ao profissional identificar através de uma análise, o motivo de determinados comportamentos, e quais as origens deles. Pois, muitos desses comportamentos podem ser reflexos de sentimentos negativos, e assim desencadear o atraso no desenvolvimento escolar. É aí que podemos notar uma das principais atuações do psicólogo escolar, pois, após sua análise é necessário que o psicólogo unido ao professor tenha que trazer para dentro da sala de aula a melhor forma possível para que os alunos tenham que se adaptar.

O ensino especial, por exemplo, é onde podemos notar a atuação do psicólogo na avaliação psicológica, no desenvolvimento mental, e principalmente na orientação com a família.

O campo de atuação do psicólogo escolar é: Educação Infantil, Ensino Fundamental, Ensino Médio, Universidades, Reabilitações. Nas formas de processo de aprendizagem, na formação de docentes, inclusões, Inclui na ajuda do desempenho escolar, Dificuldades e Transtornos em que dificultam a aprendizagem. Os procedimentos que alguns psicólogos usam nesse caso: Avaliação Psicopedagógica, Diagnóstico, Prevenção.

A atuação do Psicólogo escolar é extremamente escassa no Maranhão. Criando-o um debate e uma preocupação. Com a carência do psicólogo na área pública e particular, sobretudo na pública, que não tem a sua dada função multiprofissionais, tendo uma irresolução de quem é o psicólogo escolar, pelas pesquisas estimam-se que apenas 35% das escolas públicas têm um psicólogo atuando e 49% nas escolas privadas.

Foi feita uma pesquisa pelo CRP-MA e pelo (Galvão; Marinho-Araujo, 2018) com o propósito de caracterizar e saber quantos profissionais estão exercendo a função na área educacional somente 96 exerciam, espalhados por diversas instituições como: ONGs, Universidades, Escolas, onde mais se vê o profissional é nas Universidades (Galvão; Araujo, 2018).

6 O CENÁRIO E OS DESAFIOS ATUAIS

A história da psicologia escolar é caracterizada por uma variedade de entradas e saídas que moldaram a prática profissional. No entanto, dada a importância e eficácia da psicologia escolar, é essencial discutir os desafios que ela apresenta. Diante dos desafios associados ao desenvolvimento da psicologia escolar, é importante destacar a situação de pandemia que o mundo enfrentava no início de março de 2020.

A pandemia exigiu um novo estilo de vida, tratava-se de um problema de saúde pública, mas que impactou o cenário mundial nas mais diversas áreas, com consequências econômicas, políticas, sociais e educacionais. Com o avanço do vírus da COVID 19, atividades, projetos e metodologias desenvolvidas pela psicologia escolar foram prorrogadas, pois a maior preocupação do momento era buscar uma forma humana e solidária para sair da crise que vinha se instalando no mundo, buscando por meios sanitários e o máximo de isolamento para o não contágio da doença.

O cenário educativo do ensino superior teve que se transformar para que as aulas presenciais continuassem de forma remota, isto é, empregando a tecnologia com uma estratégia de mediação. Face a essa mudança, foi imprescindível uma reorganização cognitiva, emocional, social, espaço-temporal e financeira tanto de

discentes quanto de docentes para dar continuidade ao processo ensino-aprendizagem. (Polonia, 2022, p. 3)

Antes deste cenário, o psicólogo escolar atuava coletivamente nas escolas, promovendo projetos sociais, estabelecendo relações, tratando o individualismo e dos determinismos raciais e sociais. Após o COVID 19, foi-se necessário estabelecer uma nova prática, contribuindo para o momento atual. Lembrando que, sempre existiram problemas no âmbito escolar, mas agora, tratando as crises próprias do momento pandêmico, que casos deixados para trás, resultam em grande prejuízo na educação brasileira (Pott, 2020).

Por isso, houve a necessidade das instituições organizarem intervenções para assistir os mais desfavorecidos, como estratégias para diminuir o abismo das desigualdades, ensino remoto para atualização de conteúdos, organização de materiais, melhorias nas metodologias e acompanhamentos as famílias, mesmo que em formato virtual, já que, estaríamos enfrentando um grande pico emocional. Todos os meios foram pensados a fim de diminuir as evasões, assim como improvidos que podiam causar grande mal-estar ao envolvido no grupo escolar.

Em síntese, a aprendizagem e seus problemas têm múltiplas facetas, sendo imprescindível a sua identificação e avaliação da situação, todavia, que as formas de intervenção e apoio não se restrinjam aos profissionais de núcleos, mas que haja um ecossistema de apoio as demandas dos estudantes (coordenadores, docentes, familiares, colegas de turmas e condições institucionais), não enfocando as suas dificuldades, sobretudo, valorizando as potencialidades. (Polonia, 2022, p. 9)

Conclui-se que, o COVID 19 foi visto como um grande desafio nas mais diversas áreas, onde a sociedade teve que reaprender como realizar pequenas atividades cotidianas, em formatos peculiares. Apesar de toda assistência sugerida, muitos foram os prejuízos causados pelo vírus, tendo em vista as desigualdades sociais e do despreparo da população para este cenário.

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Dada a relevância da psicologia escolar na prática, o artigo em questão foi levantado para fornecer informações sobre as diferenças nas práticas do psicólogo escolar, sua importância e a aplicação de métodos em redes educacionais no estado do Maranhão. A psicologia no meio educacional ainda é inexplorada e precisa ser integrada no meio social.

Em meio ao cenário de ampliação e fortalecimento, o Maranhão que se apresenta à

atuação do psicólogo no campo da educação é desafiador em questões geográficas, políticas econômicas. (Ribeiro, 2020, p. 20)

Compreendemos que a psicologia escolar é a área da psicologia apoiada pela secretaria de educação para criar coordenação entre professores, alunos, funcionários, direção, famílias e comunidades – para avaliar criticamente os conteúdos, sistemas de ensino e escolhas didáticas de toda a escola, no intuito de estabelecer formas mais eficazes de compreensão e aprendizagem dos diversos conteúdos.

Frente ao panorama apresentado, observa-se que a psicologia escolar é de grande importância no auxílio de acompanhamento de saúde mental e apoio psicopedagógico, que devido as deficiências educacionais causadas principalmente pelo COVID 19 não poderiam ser recompensadas. No entanto, precisa-se ter em vista a perspectiva de acompanhamento e escuta psicológica, em virtude de uma prevenção e fortalecimento da atuação de psicólogos no meio educacional para favorecer um melhor desempenho dos alunos nos aspectos cognitivos, afetivos, sociais, culturais que implementar na qualidade de ensino oferecidos nas IE. (Polonia, 2022)

REFERÊNCIAS

- ANTUNES, M. A. M. Psicologia Escolar e Educacional: história, compromissos e perspectivas. *Psicologia escolar e educacional*, v. 12, p. 469–475, 2008.
- ARAÚJO, M. A. P. KNOWING PSYCHOLOGY IN MARANHÃO. *ESTUDOS E PESQUISAS EM PSICOLOGIA*, p. 14, 2005.
- BARBOSA, R. M.; MARINHO-ARAÚJO, C. M. Psicologia escolar no Brasil: considerações e reflexões históricas. *Estudos de psicologia (Campinas)*, v. 27, p. 393–402, 2010.
- CARVALHO, T. O. DE; MARINHO-ARAÚJO, C. M. Psicologia escolar no Brasil e no Maranhão: percursos históricos e tendências atuais. *Psicologia Escolar e Educacional*, v. 13, n. 1, p. 65–73, jun. 2009.
- GALVÃO, P.; ARAÚJO, C. M. M. ONGs no Brasil: contextualização histórica do cenário para atuação em psicologia escolar. *Psicologia em revista*, v. 24, n. 1, p. 101–123, 2018.
- GALVÃO, P.; MARINHO-ARAÚJO, C. M. Psicologia Escolar e Políticas Públicas no Maranhão: História e compromissos atuais. *Psicologia Escolar Crítica: Atuações emancipatórias nas escolas públicas*, p. 185–216, 2018.
- GUZZO, R. S. L.; MEZZALIRA, A. S. DA C.; MOREIRA, A. P. G. Psicólogo na rede pública de educação: embates dentro e fora da própria profissão. *Psicologia escolar e educacional*, v. 16, p. 329–338, 2012.
- IMPARCIAL, O. João Mohana 70 anos, São Luís, 15 jun. 1995. Edição Especial e, [s.d.].
- LACERDA, L. T. A atuação do psicólogo escolar e a importância da orientação vocacional na adolescência. *Série-Estudos-Periódico do Programa de Pós-Graduação em Educação da UCDB*, 1998.
- POLONIA, A. DA C. et al. Cenários psicopedagógicos na pandemia do Covid-19: demandas e desafios no

ensino superior / Psychopedagogical scenarios in the Covid-19 pandemic: demands and challenges in higher education. *Brazilian Journal of Development*, v. 8, n. 7, p. 49213–49230, 4 jul. 2022.

POTT, E. T. B. Contribuições da Psicologia Escolar para o ensino superior em um contexto de pandemia: o papel da construção de coletivos. *Brazilian Journal of Development*, v. 6, n. 7, p. 49707–49719, 2020.

RIBEIRO, C. G. UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO-UFMA PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA MESTRADO ACADÊMICO EM PSICOLOGIA. p. 183, 2020.

AVALIAÇÃO DA SAÚDE MENTAL DA POLÍCIA MILITAR: Desafios e Soluções

PINHEIRO, Ediana Raiol Oliveira
FERNANDES, Fernanda Moraes
GONÇALVES, Ingrydd Vinolia Viana
GOMES, Isabella Cardoso
AZEVEDO, Kelly Cristina Da Silva Nova
MORAES, Kethleen Saron Costa
CARVALHO, Luciana Ferreira Nogueira
SILVA, Milvia Paiva da
RIOS, Sâmia Franco Leitão Farias
OLIVEIRA, Stella Rodrigues
SANTOS, Thayssa Gracyelly Silva

RESUMO

O policial militar passa por diversas dificuldades, tanto no âmbito profissional quanto pessoal devido à falta de gerenciamento de um atendimento psicológico humanizado para, desta forma, ajudar o profissional a manter uma saúde mental equilibrada para lidar com as conturbações violentas que sofrem durante o exercício da profissão. As informações apresentadas sobre os impactos e desafios da atuação do policial militar têm como principal abordagem, a problematização que os próprios policiais fazem na questão hierárquica, pois os que estão em uma maior patente tendem a confundir um ser de autoridade de um ser autoritário e, conseqüentemente, estes acabam por explorar os soldados de menor patente, estes os quais acabam por deslocar suas frustrações descontando na própria população. Por isso, é de imprescindível importância a presença de psicólogos na área militar para contribuir na recuperação do desgaste mental sofrido pelo policial militar. Subseqüente a isso, há a questão do profissional aprender a lidar melhor com as inseguranças psicológicas causadas pela profissão bem como a violência que, muitas vezes, prejudica o desempenho e performance do profissional mediante a possíveis transtornos psicossomáticos adquiridos pela profissão, tais como: ansiedade, depressão, transtorno de estresse pós-traumático e até mesmo pode chegar na forma mais extrema com o suicídio. Desta forma, este artigo tem como objetivo fazer uma análise das abordagens e perspectivas distintas da psicologia militar com enfoque na carreira e vida pessoal do profissional atuante na área da polícia militar.

Palavras-Chave: Violência, Medo, Hierarquia, Suicídio, Saúde Mental.

1 INTRODUÇÃO

A saúde mental do policial militar é de imprescindível importância, pois, este profissional é essencial no que se refere ao combate à violência, e à segurança dos cidadãos. Desta forma, este trabalho tem por finalidade analisar as perspectivas distintas, e abordagens da

psicologia militar no contexto do bem-estar mental do policial militar. Consequente a isso, no ambiente profissional, a saúde mental torna-se uma questão importante, pois com ela prejudicada, pode-se afirmar que ocorrerá uma interferência na capacidade do policial militar de discernir aspectos, tanto de sua vida profissional, quanto pessoal, a qual tem-se a dificuldade de lidar com os casos de violência devido ao adoecimento psicológico.

Diante disso, o profissional militar encontra-se incapacitado de exercer suas funções por lidar com muito estresse no dia a dia, podendo desenvolver doenças psicossomáticas, tais como: transtorno de ansiedade, depressão, estresse pós-traumático e até mesmo o aumento das taxas de suicídio devido ao acúmulo nos níveis de estresse. Ademais, o estigma social associado à busca de ajuda psicológica pode ser um impasse para que o policial militar procure um atendimento psicológico necessário e que, infelizmente, pode agravar o problema; nesses casos os cuidados preventivos oferecidos pelo psicólogo e outros profissionais contribuem, consubstancialmente, para acautelar um dano futuro na vida desse profissional.

A posteriori, o policial militar lida constantemente com o fato da sociedade insistir em passar "panos quentes" em relação ao estado deficitário em que esse profissional se encontra, sendo que, eles lidam, frequentemente, com vários problemas, como: mortes, assassinatos, estupros, brigas, entre outros fatores que afetam miseravelmente a condição mental, já que, há uma falta de condições básicas de saúde e ausência de políticas públicas que disponibilizam atendimento psicológico humanizado. Os autores que pesquisam sobre esses fatores, referem-se ao âmbito profissional do policial, como repleto de aflição por conta da má gestão em relação à saúde mental, e, conseqüentemente, tudo isso, geram complicações que afetam o âmbito familiar, pessoal, social e profissional.

Diante desse cenário, é imprescindível abordar os impactos e desafios na saúde mental dos policiais militares, buscando estratégias eficazes de prevenção, suporte e tratamento para garantir o bem-estar e promover um ambiente seguro de trabalho. O policial como agente de segurança pública, em seu cotidiano, enfrenta desafios que fogem da lógica humana, e assim, precisam ter equilíbrio para lidar com a adversidade de situações inusitadas que podem eclodir no exercício da profissão.

2 O EFEITO DA VIOLÊNCIA NA SAÚDE MENTAL DO POLICIAL MILITAR

A história do regime militar no Brasil, marcada por medo, opressão e autoritarismo contribuíram, significativamente, para a formação da imagem negativa da corporação militar atual. Ainda que não estejamos mais vivendo sob a força desse regime, continuamos a sofrer influências do autoritarismo e violência no cotidiano da classe militar.

Um outro enfrentamento sentido pelo policial militar, no exercício de suas atividades diárias diz respeito ao medo que pode ser experienciado de três formas: aqueles que vivem com a violência e são afetados negativamente; aqueles em que a maioria não percebe essa violência; e, também, na forma interna como lidam com a questão do autoritarismo hierárquico, como veremos no depoimento a seguir:

Essa questão de subordinado e superior, a meu ver, na Polícia Militar há um agravante pelo fato de nós estarmos inseridos no militarismo, coisa que é prejudicial na formação do policial, na questão de lidar com a sociedade e fazer segurança onde que o mais prejudicado torna-se a sociedade. Sendo que na Polícia Militar, em algumas situações, no caso de oficiais [aspirantes a oficial, tenentes, capitães, majores, tenentes-coronéis, coronéis] e graduados [soldados, cabos, sargentos, subtenentes], eles confundem o termo autoridade com autoritarismo e se utilizam disso aí pra benefício próprio. É uma questão que eu acho muito prejudicial porque [...] o acocho quando vai vindo do superior hierárquico e vai descendo as patentes, ele acaba lá embaixo no soldado e o soldado como fonte de escape vai descontar na sociedade, que é a principal prejudicada. (Trecho da entrevista de um soldado da polícia militar com 15 anos de serviço).

O medo é um sentimento que na vida do policial militar não pode ser demonstrado em suas atitudes, a fim de não aparentar fraqueza diante do inimigo e para não contrariar a autoimagem do policial no interior da corporação. Isso se dá em decorrência das expectativas que são criadas devido aos padrões impostos pela função militar e, também, pela sociedade. No que concerne à violência, como parte da vida cotidiana do corpo militar, é notório que a exposição à situação de perigo e à vulnerabilidade fomentam essa realidade de forma direta e efetiva na saúde mental do policial, como veremos no depoimento abaixo:

Eu sempre tenho medo de morrer, mas uma que eu cheguei bem perto foi numa rebelião que eu tive que adentrar, primariamente assim no IPPS, isso faz uns seis ou sete anos. Explodiu uma rebelião e a minha viatura tava perto. Eu tava com o Oficial responsável e a gente teve que dar o primeiro combate e a gente chegou e tinham mais de 1500 amotinados e muito fogo... Os caras tacaram fogo em tudo,

fizeram bloqueio com mesas, entraram na cozinha e se apossaram de facas, pegaram reféns, tomaram armas dos policiais. Então foi uma situação complicada. Como eu cheguei com duas composições só, então éramos oito nessa época e mais uns três ou quatro policiais que já estavam no presídio. A gente teve que fazer o primeiro ‘adentramento’ e o governador ainda não tinha nem autorizado e a gente tinha que começar logo, porque o negócio tava complicado e aquelas vozes assim sem saber da onde vinha, dizendo que ia matar a gente e muito fogo, você não sabia nem o que tava acontecendo e fumaça e você entrar num corredor estreito sem saber o que vai ter lá na frente, nessa hora eu me senti assim... Só Deus mesmo para ajudar. (Trecho de um depoimento de um soldado da polícia militar com 10 anos de serviço).

Um outro fator a ser considerado no campo da violência diz respeito às pressões que os policiais sofrem nas suas rotinas laborais e que são descarregadas, na maioria das vezes, em sessões de espancamento de civis (chamados por eles de vagabundos), especialmente, nos horários da madrugada em que estão de plantão e encontram pessoas indesejáveis.

Ainda vale ressaltar que a situação de hierarquia e a doutrina militar, também, contribuem para o desencadeamento do ser violento do policial, não pelo padrão rígido de patentes, mas a forma como esse padrão ocorre na prática, ou seja, carregado de humilhação e desvalorização por parte dos seus superiores, ocasionando estados de baixa autoestima e desvalorização profissional. Em suma, para a maioria deles, há o costume de dizer: “ que acordam, vivem e dormem com a violência”. Uma outra dimensão significativa neste tema, onde entrelaçam-se o medo e a violência atingem, diretamente, não somente o corpo como também a mente desse policial militar.

Sobre inúmeras pressões sofridas no tocante à corporalidade deste indivíduo estes podem desenvolver sérios problemas de saúde, sobretudo psicológicos como, a síndrome do pânico, depressão, ansiedade, insônia, bem como a dependência de substâncias psicoativas: álcool, cocaína, crack, entre outros, o que podem trazer consequências desastrosas como perdas familiares, abandono por parte dos amigos etc.

O que se observa, portanto, que as más condições de trabalho, aliadas a todas essas pressões sofridas no dia a dia pelo policial, contribuem para o processo de adoecimento emocional afetando as suas relações interpessoais, com o que é corroborado no depoimento que se segue:

Fico com angústia. Há dois anos, tive uma depressão grande, tentei até suicídio. Desde essa época, venho tirando licença médica. [...] Eu não tenho

reconhecimento e a estagnação profissional. Neste tipo de atividade, o indivíduo é acostumado a lidar com riscos relacionados à integridade física [...] já estava estressado, querendo tirar férias, quando me envolvi numa operação que me deixou traumatizado. [...] Antes, eu saía com minha esposa e os amigos todo fim de semana, agora passo o dia em casa, deprimido. (Jornal O Povo, 11/06/2011)

Com isso, faz-se necessário que haja um investimento preventivo e eficaz com o corpo militar, de modo a verificar, periodicamente, a saúde física e mental desses indivíduos, proporcionando, assim, um trabalho que tenha como frutos, qualidade e produtividade.

3 A IMPORTÂNCIA DA SAÚDE MENTAL PARA OS POLICIAIS MILITARES

Conforme a Organização Mundial da Saúde (OMS), não existe um conceito definitivo para saúde mental. Todavia, existe uma vinculação entre o termo sugerido com a forma que as pessoas enfrentam as exigências, adversidades e transformações da vida, ou seja, se dá a estabilidade proposta pelo próprio indivíduo. Conseqüentemente, o desequilíbrio pode prejudicar a saúde física e mental, como também o descontentamento em áreas específicas, como, por exemplo, no ambiente de trabalho, nas relações interpessoais, intrapessoais e prejudicar a saúde física.

Desta forma, a cautela com a saúde mental deve ser tão imprescindível quanto a prudência com a saúde física, percebida que ela é responsável tanto pelas funções psicológicas mais básicas quanto pelas mais complexas, englobando emoções, pensamentos, raciocínios, percepções, memória entre outros.

Diante desse cenário, a saúde mental e o trabalho são dois elementos cruciais, que estão relacionados, pois para um bom desempenho no trabalho é essencial que haja progresso no que diz respeito à saúde mental. Sabemos como o trabalho do Policial Militar é difícil, árduo, pesado, duro, complicado e fatigante, onde o Policial Militar enfrenta vários obstáculos diariamente, e constantemente tem contato com a violência como já foi descrito.

Assim, a sociedade se questiona sobre as reais condições que esses profissionais estão para cumprir seu dever de proteger a população. O policial é o dispositivo fundamental para erradicar a criminalidade, assim passa diariamente por situações bastante exaustivas para cumprir sua função fundamental, desse modo, esse profissional deve aliar sua vida profissional a situações estressantes de seu cotidiano. (Sousa, 2018).

Diante do exposto, sabemos que existe impacto direto e indireto com relação aos policiais, seu trabalho e sua família. Impactos que vão conforme as atividades laborais dos Policiais Militares no qual, possuem particularidades que podem impactar sua saúde mental, tais como: o ambiente interno das corporações, a questão salarial, a jornada de serviço, a rígida hierarquia, dentre outras atividades. Em contrapartida, o regime aplicado para a formação desses profissionais é de extrema rigidez. São ensinados desde o início a como manusear uma arma, a agir com aspereza e a como proceder em situações de risco. Porém, desconsideram o resguardo psicológico durante a trajetória profissional do sujeito.

Os militares assimilam na vivência rotineira do seu desempenho laboral, a conter as suas emoções, originando um bloqueio protetor crucial por meio de uma evidente frieza emocional. Todavia o policial ao formar esse bloqueio, pensa estar protegido contra as ameaças à sua saúde mental. Portanto, a aglomeração desses sentimentos reprimidos tem potencial para provocar o adoecimento mental.

Além disso, o contexto da vida cotidiana de um Policial Militar é estressante, difícil e mal compreendida. A atividade policial é altamente complexa, pois o policial não tem uma carga horária fixa e muito menos chega a receber horas extras. Conseqüentemente, não tem um horário estabelecido para se alimentar e, muitas vezes, entra no serviço sem ter uma hora estipulada para encerrar o expediente. Por isso, nunca pode assumir qualquer tipo de compromisso social e ter certeza de que irá cumpri-lo, pois, quando menos se espera, acaba tendo que dobrar o horário para suprir a ausência de outro policial indisponível para cumprir escalas extras imprevisíveis e cumprir trabalhos emergenciais. Diante desse cenário, esses profissionais se sentem desestimulados pelos fatores agregados na execução do seu trabalho, a incumbência de proteger a população e estar vulnerável ao perigo.

As atividades laborais dos policiais militares possuem particularidades que podem impactar em sua saúde mental, tais como: o ambiente interno das corporações, com a rígida hierarquia, a questão salarial, valorização profissional, a jornada de serviço, onde lidam diariamente com a grande maioria das mazelas da sociedade, combatendo a criminalidade como forma de prevenção, atuando em situações extremas, arriscadas, com sacrifício da própria vida, em jornadas diárias e noturnas, e muitas das vezes sem apoio da própria sociedade que se dispõe a proteger, ocasionando com essa falta de reconhecimento, uma insatisfação, gerando uma pressão interna que pode adoecer mentalmente esses profissionais. (Cardozo, 2022).

Mediante a isso, ao analisar o dia a dia desses indivíduos, constatamos que a incumbência deles, é nos defender, mesmo estando expostos a várias situações de riscos que podem ser prejudiciais ao bom funcionamento psíquico, por isso, é necessário reconhecer que, por baixo da farda existe um ser humano com as mesmas limitações que os outros, não são máquinas capazes de negligenciar emoções ou sentimentos de natureza humana.

A saúde mental de modo geral não é algo priorizado dentro da corporação, principalmente no âmbito familiar, onde ocorrem algumas situações um tanto quanto desagradáveis como: abusos, medos, ameaças, dificuldades financeiras, adversidades na vida conjugal e em alguns casos chegam a abandonar a família, no entanto, o oposto também pode acontecer.

Outro problema evidente entre os policiais é a complicação com o uso do álcool. O hábito de ingerir álcool entre os policiais é trivial, é uma forma de aliviar as tensões impostas no ambiente de trabalho. Por isso, podem chegar a preferir a “passada no bar” do que o seu comparecimento ao psicólogo, o que é prejudicial à saúde, e com o tempo a dependência ao álcool pode se desenvolver, que será uma contrariedade em todos os aspectos da vida do indivíduo.

Conforme o que foi descrito é notável a necessidade de um amparo psicológico no que se diz respeito à saúde mental dos policiais militares. Na Constituição Federal de 1988 está previsto no artigo 3º o direito de promover o bem de todos. Portanto, a constituição assegura aos policiais militares a respeito da promoção do direito à saúde física e mental. O princípio da dignidade da pessoa humana é onde podemos compreender como a garantia das necessidades imprescindíveis de cada indivíduo que é um fundamento basilar da sociedade.

Considerando todos os questionamentos propostos, entendemos que existem muitos aspectos que devem ser aprimorados para o bom funcionamento das atividades cotidianas do Policial Militar. Inferimos o quão significativo é o bom desempenho de atividades que propiciam uma qualidade maior no trabalho e vida desse indivíduo, cuja principal missão é servir e proteger a sociedade.

4 A NECESSIDADE DO TRABALHO PSICOLÓGICO, EFETIVO E PREVENTIVO

Sabemos que o trabalho é visto como algo de extrema importância para a vida de todos, em razão dos impactos e influências que causam. Primeiramente, pelo seu tempo cumprido que ocupa grande parte do dia, sendo superior ao que o indivíduo permanece em seu horário de lazer

ou em outras atividades, e segundo momento, pela identidade que adquirem os trabalhadores, mantendo-se como prioridade para muitos. Dessa forma, a saúde mental dos trabalhadores deve ser analisada com atenção, pois para um bom rendimento dentro e fora do ambiente de trabalho é necessário que a saúde mental e o bem estar sejam vistos como fatores primordiais para o indivíduo.

A profissão de Policial Militar é um exemplo de atividade laboral que por si só traz aos seus colaboradores algumas mudanças no seu estado psíquico e emocional, por ser uma instituição que preza pela extrema ordem e respeito, com um treinamento rígido aos ingressantes e com uma exigência intensa ao cumprimento das regras institucionalizadas, que são baseadas em dois pilares: disciplina e hierarquia (Paulino; Lourinho, 2014).

Com uma rotina extremamente exaustiva e constantemente cercados pelo medo e a incerteza, as taxas de depressão entre polícias militares têm se tornado crescentes e o suicídio tem sido a causa mais comum de morte entre eles. Segundo a pesquisa promovida pelo 16º Anuário Brasileiro de segurança pública divulgada no fim de Junho de 2022, estima-se que a taxa de suicídio entre policiais apresentou aumento de 55,4% no ano anterior, com 121 ocorrências. O número é quase oito vezes maior do que o aumento verificado entre a população em geral, de 7,4%.

No ano de 2019 o Plenário do Senado aprovou o projeto de lei PL 4815/19, que inclui ações voltadas para a promoção da saúde mental e prevenção do suicídio. A proposta abrange ações no intuito de alertar acerca da saúde mental e prevenção ao suicídio no Programa Nacional de Qualidade de Vida para Profissionais de Segurança Pública, chamado Pró-Vida.

Dessa forma, Costa e Estevam (2014, p.1) reiteram, que: “O cansaço físico e mental e a falta de equilíbrio emocional conduzem esse profissional a assumirem, em alguns momentos, atitudes inconsequentes durante situações confusas. Com essa realidade o desempenho do policial poderá ser comprometido expondo ainda mais a vida do militar e da população a um perigo em potencial. ”

[...] por questões culturais e institucionais, esses profissionais quase nunca conseguem auxílio dentro de suas corporações, onde enfermidades psiquiátricas, tais como depressão e ansiedade, muitas vezes são vistas como sinais de fraqueza ou de falta de comprometimento profissional”, afirma o senador Vieira, Alessandro (PSDB-SE, 2022)

As situações de estresse às quais esses profissionais são expostos todos os dias geram consequências, não apenas dentro do ambiente de trabalho, mas em todo e qualquer meio em que

aquele indivíduo esteja inserido. Os níveis excessivos de estresse devem ser tratados de forma responsável, tendo em vista que o nosso corpo também dá sinais aos estímulos da mente, sendo capaz de transformar esses sintomas em patologias futuras.

Sendo assim, o trabalho do psicólogo de forma efetiva, no contexto policial, tem se tornado indispensável para auxiliar no enfrentamento de desafios emocionais e oferecer o bem estar dos policiais militares. Ao investir na saúde mental daqueles que garantem a segurança da sociedade estaremos fortalecendo a instituição como um todo. Além disso, um policial emocionalmente saudável é mais propenso a tomar decisões assertivas, se relacionar com a comunidade e cumprir sua missão de forma eficiente. Portanto, é imprescindível que sejam implementados programas e estratégias, como : palestras abordando a necessidade do olhar humanizado à saúde mental da corporação militar, assim como a presença de um profissional especializado na área da psicologia militar para atuar semanalmente cuidando do psicológico desses profissionais.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao tratar da relação entre saúde mental e a profissão do policial militar, constatou-se ser uma das profissões mais vulneráveis a adoecimentos psíquicos, com uma alta taxa de problemas psicológicos. Analisou-se através dos estudos sobre o assunto, que a recorrente exposição ao perigo, que é inerente à função do policial, somada à violência, ocasionam sentimentos como medo de ser agredido, ou até morto no desempenho do seu trabalho. Mediante o exposto, é possível afirmar que a profissão do policial militar é uma das mais sujeitas a adoecimento da saúde mental, podendo sujeitá-los ao estresse, à depressão e ao suicídio.

Identificou-se em relação ao ambiente de trabalho o estresse ocupacional, onde os policiais militares carregam consigo uma carga de problemas sociais, permeado por constante tensão, necessidade de estado de alerta ininterrupto, até mesmo de folga. Tudo isso encontra-se relacionado com o desenvolvimento do sofrimento psíquico desses profissionais e torna o ambiente laboral dos policiais, propícios a desencadear gatilhos que prejudicam a saúde mental.

Outro ponto preponderante, refere-se à hierarquia e à disciplina, onde são considerados como principais pilares dentro das corporações militares. Ocorre que, essa hierarquia e disciplina podem ser responsáveis por muitos fatores estressores, haja vista, a possibilidade de confusão entre

eles com autoritarismo. Consequente a isso, gera-se baixa autoestima e desvalorização profissional, podendo levar até mesmo ao suicídio. No tocante ao suicídio, foi levantado que existe pouca legislação que trata especificamente sobre esse assunto entre os militares, podendo citar a lei 13.675/18, de 11 de julho de 2018, que dentre outras coisas, institui o Sistema Único de Segurança pública (SUSP) e o programa nacional de qualidade de vida para profissionais de segurança pública (Pró-Vida), que tem por objetivo elaborar, implementar, apoiar, monitorar e avaliar, entre outros, os projetos de programas de atenção psicossocial e de saúde no trabalho dos profissionais de segurança pública e defesa social, sendo assim um grande aliado no acesso ao direito à saúde mental por parte dos policiais.

Pressuposto a isso, a má gestão das finanças pessoais, também, é um dos fatores mais citados pelos profissionais. O fato de contrair muitas dívidas, afeta consideravelmente a saúde mental do policial, pois conforme avaliado, elas contribuem para uma desordem na vida dos militares, influenciando e desencadeando diversos problemas na saúde mental que irradiam para vida pessoal, relações familiares e impactam na vida profissional.

Analisando a estrutura organizacional do policial militar no que tange à saúde mental, as políticas institucionais e o direito de acesso aos policiais, constatou-se que existem poucos psicólogos, psiquiatras e assistentes sociais que desempenham a promoção da saúde mental na corporação. Diante desses fatos, pode-se concluir que a rotina do policial militar é bastante exaustiva, cansaço esse provocado pelas péssimas condições de trabalho e ainda pelo estresse passado diariamente. Portanto, algumas sugestões para a problemática, seria o investimento em recursos humanos, pois o efetivo de policiais nas ruas é pouco para a demanda, sobrecarregando remanescentes e ainda melhoria nos salários e condições de carreira dos mesmos.

REFERÊNCIAS

CARDOZO, L. D. F. Direito à saúde e Polícia Militar do Estado do Maranhão: uma avaliação da eficácia das políticas públicas de combate e prevenção ao suicídio no período de 2016 a 2021. Disponível em: Teses e Dissertações: Direito à Saúde e Polícia Militar do Estado do Maranhão: uma avaliação da eficácia das políticas públicas de combate e prevenção ao suicídio no período de 2016 a 2021. UFMA, 2022.

CASTRO, M. C; ROCHA, R; CRUZ, R.. Saúde mental do policial brasileiro: Tendências teórico-metodológicas. 2019. Disponível em <https://www.semanticscholar.org/paper/Sa%C3%BAde-mental-do-policial-brasileiro%3A-tend%C3%A2ncias-Castro-Rocha/bf31ff82cbce45046722ee0b4005e17f54e19d0e>

SALES, I. J. D. M; SÁ, L. D. A condição do policial militar em atendimento clínico: Uma análise das narrativas sobre adoecimento, sofrimento e medo no contexto profissional. Revista Pós Ciências Sociais.

UFMA, 2016

Saúde mental dos policiais em pauta - Conselho Regional de Psicologia Santa Catarina - 12a Região
(crpsc.org.br)

SOUSA, H. D. S; DE SOUZA, A. A; SAMARIDI, I. O impacto da violência na saúde mental dos policiais militares. 2018. Disponível em: 978934578-728_Hercules_Da_Silva_Sousa_Deposito_final_13447_1294281345.pdf (ssp.go.gov.br)

AS POLÍTICAS PÚBLICAS PARA A PROMOÇÃO DA SAÚDE MENTAL NA PSICOLOGIA DO ESPORTE

LOUZEIRO, Ana Beatriz Machado
FERNANDES, Herlania Rodrigues
SILVA, João Lucas Carvalho da
CASTRO, Mirella Lago de
SILVA, Pedro Luka Mangureira Luz

RESUMO

As políticas públicas são essenciais dentro de todas as instâncias, e principalmente para a psicologia. Dentro deste contexto é importante analisar como elas funcionam dentro da psicologia esporte, e como elas promovem a saúde pública, dentro e fora do Maranhão. Fazendo-se então, necessário estudar, observar e investigar como novas políticas públicas podem e devem ser adicionadas. Desta forma, a fim de aprimorar conhecimentos e aprofundar visões, este artigo será dividido em introdução, a saúde mental na psicologia do esporte, as políticas públicas no esporte no qual foi utilizado o procedimento de pesquisas bibliográficas, a experiência de uma psicóloga do esporte com as políticas públicas no Maranhão com a pesquisa de campo semiestruturada, considerações e conclusão com a abordagem qualitativa e o método Fenomenológico.

Palavras-chave: Psicologia, Psicologia do Esporte. Psicologia no Maranhão. Políticas públicas. Saúde mental.

1. INTRODUÇÃO

Dentro da Psicologia, as políticas públicas têm papel fundamental na promoção da saúde mental, e entender como elas funcionam, são praticadas e são vistas, é essencial para uma melhoria na qualidade de vida de vários tipos de pessoas que necessitam da psicologia do esporte.

Para alguns indivíduos o conceito de “políticas públicas” pode parecer bastante abstrato, entretanto elas são muito concretas e estão presentes na vida dos cidadãos brasileiros. Essas políticas são ações voltadas ao coletivo, e elas acontecem em todas as áreas da gestão pública, como saúde, educação, moradia, transporte, assistência social, cultura etc. O gestor público tem o papel de elaborar as políticas públicas de maneira que atendam as demandas da sociedade, assim como, a população pode e deve ter participação social nessa elaboração. A atuação dos cidadãos na formulação e acompanhamento de políticas públicas no país é essencial para o incentivo à democracia e representatividade.

Esse processo, contudo, deve ser fortalecido dentro das organizações, especialmente tendo em vista a atuação de profissionais em hospitais, escolas, serviços de assistência social e outras instituições públicas. Os profissionais precisam estar atentos às consequências que sua prática gera e refletir permanentemente sobre como tornar seu trabalho mais potente na construção de políticas que sejam realmente públicas.

Nesse sentido, compreendendo a importância de tais políticas, esse artigo tem como objetivo estudar, compreender, visualizar e discutir as ações do Estado dentro das políticas públicas voltadas para o esporte e a psicologia do esporte, a fim de trazer novos olhares, e atenção para esta área da psicologia tão importante, mas por diversas vezes é colocada de lado.

Ao trabalhar estes assuntos minuciosamente, foi escolhido o método fenomenológico com a abordagem qualitativa, pesquisa bibliográfica e uma pesquisa de campo semiestruturada com a profissional Cristianne Almeida Carvalho com instrumentos de coletas de dados, desta maneira esse artigo será trabalhado em três grandes tópicos que serão compostos de outros sub tópicos, começando pela saúde mental na psicologia do esporte, seguindo para as políticas públicas no esporte e concluindo com as visões e experiências de uma psicóloga do esporte.

2 A SAÚDE MENTAL NA PSICOLOGIA DO ESPORTE

É comum que profissionais da área da saúde recomendem a prática de atividade física, pois, além de atuar na melhora do condicionamento físico, ela também tem um papel de grande valia na saúde mental. Existem estudos que comprovam que tais atividades ajudam com os problemas mentais, melhorando a capacidade cognitiva do sujeito, diminuindo os níveis de ansiedade e distração dos estímulos estressores de maneira geral.

Provavelmente já se tenha ouvido pessoas relatando que passou a ter mais controle do próprio corpo após iniciar algum tipo de atividade física, assim como melhora na atenção e concentração e claro na autoestima. Atividades esportivas no coletivo vem a ter um papel importante na interação social fazendo com que o sujeito desenvolva uma boa forma de comunicar-se com o outro, responsabilidade, dedicação e calma. Essas práticas evoluem de um momento de lazer para uma conduta terapêutica, contribuindo também na diminuição da violência, do uso de drogas e nas evasões escolares.

No limiar do século XXI, observa-se através das mídias sociais, um grande aumento de entrevistas ou denúncias de atletas de alto rendimento relatando casos de descontrole emocional em situações competitivas, racismo, abuso sexual sofridos ao longo de suas carreiras. Com toda a visibilidade proporcionada pela mídia, ainda se faz presente: preconceito, resistência e desinformação no meio desportivo. A busca incessante por resultados positivos leva o atleta a experimentar altos níveis de estresse em sua prática, manifestando sua incompatibilidade entre seu pessoal com seu trabalho.

Em uma pesquisa feita pela FIFA (Federação Internacional de Futebol), mostra que um terço dos jogadores de futebol sofrem de depressão e dezoito por cento demonstram sinais de estresse em algum momento de sua carreira. Cenas como torcedores na arquibancada imitando macaco, bananas sendo jogadas no campo de futebol são apresentadas em campeonatos das ligas europeias com uma certa regularidade. De acordo com Marcelo Carvalho, diretor do Observatório de Discriminação Racial relatou o aumento do racismo no esporte brasileiro, registrando vários casos de futebolistas que foram vítimas de racismo no futebol, dentre eles os jogadores Daniel Alves, Roberto Carlos, Roberto Firmino e Hulk.

Em 2021 com o retorno dos torcedores as arquibancadas depois das restrições da pandemia de Covid-19 houve um acréscimo de casos de discriminação, em 2020 foram 31 casos registrados e em 2021 foram ao todo 158 casos, com tendência de aumento para anos seguintes. Com o progresso de debates e com o avanço de conscientização para torcedores e jogadores, houve um entendimento maior de que ser xingado de macaco pela torcida ou por outros jogadores não faz parte do futebol.

Infelizmente ainda existe um tabu envolvido quando se fala de abuso sexual no meio esportivo, porém em 2018 aconteceu pela primeira vez uma campanha promovida pelo Sindicato dos Atletas de São Paulo alertando sobre assédio e abuso sexual sofridos por atletas das categorias de base, com a ideia de chamar jogadores de destaque, que são ouvidos pelo grande público e são formadores de opinião, mais de 1500 jovens foram atendidos pelas palestras ofertadas com a campanha.

Manutenção do peso também é um dos maiores casos de ansiedade de depressão no meio do esporte, no qual os atletas buscam soluções rápidas para sempre se manter no peso ideal com consequência o aumento de casos de bulimia e anorexia, levando a prejuízo a sua saúde, potencializando uma rotina intensa de treinos colocando em risco possíveis lesões e até a

diminuição do tempo de reação, velocidade e concentração. A psicologia do esporte busca a possibilidade de ampliação do entendimento do atleta e sua complexidade e harmonizar seu bem-estar social com as exigências de sua carreira no mundo do espetáculo.

No Maranhão foram encontradas pouquíssimas matérias e artigos sobre o assunto, o que diz muito sobre como este assunto é pouco apresentado, procurado é considerado. Contudo, ainda é possível visualizar algumas poucas matérias falando do esporte em correlação com a saúde mental. Como atividades desenvolvidas no Centro Socioeducativo de Internação Provisória Canaã (CSIPC), da Fundação da Criança e do Adolescente (Funac), para a promoção da saúde mental e contribuições no desenvolvimento da construção de novos projetos de vida.

Contudo, quando se trata de psicologia do esporte e saúde mental no Maranhão não são encontrados artigos científicos, notícias, ou matérias suficientes para a construção de informações e resultados concretos.

3 AS POLÍTICAS PÚBLICAS NO ESPORTE

As políticas públicas tiveram origem no século XX nos Estados Unidos e no Brasil surgiu nos primeiros anos de República, com iniciativa estatal voltada para promover o bem-estar social. Uma das principais organizações públicas é o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) responsável pelo Censo Demográfico que serve como mapeamento de informações que possibilita registrar as carências do país, indicando as demandas para serem criadas leis com objetivo de possibilitar melhorias para a população.

A partir da constituição de 1988, o esporte e o lazer passaram a ser direito de todos os cidadãos brasileiros, com isso é assegurado em quase todas as constituições estaduais e leis orgânicas dos municípios brasileiros, foi fundamental para a democratização do esporte no país e resolução de problemas estruturais.

Historicamente, o esporte é utilizado como propaganda política para demonstrar força e estimular o nacionalismo, nesse movimento tentam mostrar a superação dos problemas existentes na gestão pública no esporte confundindo com a submissão do Estado e exigências do mercado, essas práticas socialmente se constroem sobre a política, o esporte e as políticas de esporte.

Analisando esse contexto é evidente o aumento da pobreza, da desigualdade e da exclusão social, no qual o esporte nas ações do governo é utilizado como contorno utilitário.

Esporte para combater violência, diminuir consumo de drogas, manter crianças e adolescentes nas escolas, para melhoria da saúde da população.

Sensível a tais dilemas, o esporte também é um fator de ascensão social, constrói valores em sociedade, conquista pensamentos críticos, trabalho em grupo e resiliência. Importante ressaltar que para que o objetivo seja alcançado é necessário o alinhamento entre o ministério da educação e o ministério do esporte, com projetos a longo prazo.

Um dos principais exemplos de política pública no esporte é a bolsa Atleta, que é um dos maiores projetos de repasse de verbas para atletas no mundo. Existe no Maranhão projetos aprovados do governo junto com a Secretaria de Estado de Esporte e Lazer, como exemplos: Segundo Tempo (voltado para o esporte), Luta pela Cidadania e Programa Esporte e Lazer da Cidade (Pelc).

4 A EXPERIÊNCIA DE UMA PSICÓLOGA DO ESPORTE COM AS POLÍTICAS PÚBLICAS NO MARANHÃO

O esporte, seja ele formal ou informal, é socialmente estruturado, pois ele revela os valores da sociedade onde é praticado em sua organização, regulamentação, no processo de ensino-aprendizagem, na prática propriamente dita, e no que ele representa para a sociedade. Desse modo, a Psicologia do Esporte é mais que uma área focada no rendimento e relações de equipe, mas uma Psicologia Social do Esporte, que entende os fenômenos sociais atrelados às práticas esportivas e os efeitos delas sobre indivíduos.

Por isso, sendo o esporte algo que unifica uma nação, envolve interesses econômicos, gera vínculos, desenvolvimento, oportunidades em pequena e grande escala, além de ser um grande fator de facilitação social tanto em processos de alto rendimento quanto em tratamentos de saúde que envolvem estímulo e resposta, o esporte deve ser visto como alvo importante para formulação de políticas públicas em um território.

Visando o aprofundamento sobre a questão das políticas públicas no estado em que vivemos, o Maranhão, adotamos como instrumento de pesquisa a entrevista com uma profissional. A professora Cristiane Carvalho, entrevistada, é pioneira na história da psicologia do esporte no Maranhão e uma das pioneiras no Brasil.

Sobre a entrevistada: Cristianne Almeida Carvalho, psicóloga clínica e do esporte a partir do referencial fenomenológico, professora de graduação e pós-graduação da Universidade

Federal do Maranhão (UFMA), doutora em psicologia social, especialista em fisiologia do exercício. Seguem abaixo as perguntas e respectivas respostas:

Qual sua experiência atuando com políticas públicas direcionadas ao esporte? Tenho pouca experiência formal. Já trabalhei com alguns projetos sociais que tinham o esporte como uma atividade, mas temos muito poucos aqui na capital (São Luís - MA).

De acordo com a Constituição Federal, art. 217 (1988), é “dever do Estado fomentar práticas desportivas formais e não-formais, como direito de cada um”. Em sua jornada como psicóloga do esporte você contemplou políticas que estivessem direcionadas a práticas esportivas que não o alto rendimento? A maioria das minhas atuações foram em projetos privados, com categorias de base do futebol; outras foram projetos sociais, como falei, crianças e adolescentes em geral com a prática de esporte.

No Maranhão, o que você pôde perceber sobre o investimento em políticas públicas no esporte? Elas envolvem a psicologia do esporte? Temos muito pouco investimento no esporte em geral. No esporte a iniciativa privada ainda colabora mais com os projetos sociais pelo incentivo fiscal. Mas temos caminhos e verbas em órgãos públicos, mas requer muita disponibilidade para buscar... Com minha vida acadêmica tenho pouco tempo para dedicar a isso.

Como essas políticas são vistas por nossa sociedade? Acho que sabemos pouco sobre isso pois não há divulgação... Se houvesse, penso que a sociedade ia receber bem. Veja que muitas praças foram inauguradas na cidade toda, parece uma coisa simples e insignificante, mas isso é uma política pública que oferece lazer, possibilidade de praticar esporte também. Todas são bem ocupadas pela população e geram bem-estar, satisfação na comunidade, autoestima e valorização dos cidadãos.

Diante das considerações da psicóloga Cristianne Almeida Carvalho, pode-se concluir que, é muito pouco o investimento no esporte de maneira geral no Maranhão, acreditasse que a iniciativa privada só contribui pelo incentivo fiscal e infelizmente a falta de profissionais para correr atrás das verbas de órgãos públicos. Por fim, destaca-se também a falta de conhecimento da sociedade sobre políticas públicas no esporte, dessa maneira esse conhecimento iria contribuir para melhor bem-estar e satisfação da população.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste trabalho abordamos as políticas públicas dentro da psicologia do esporte, como elas são importantes e mais ainda dentro da psicologia do esporte no Maranhão, e concluímos que ao passo que as políticas públicas são cruciais dentro de toda e qualquer instância, no Brasil, e mais especificamente no Maranhão elas ainda são precárias e lhes falta visualização e interesse político. E na psicologia do esporte se torna um pior, por ser uma área pouco vista e falada. O que torna necessária uma visão e atenção do governo e das pessoas para a promoção das políticas públicas dentro da psicologia do esporte no Maranhão e nos diversos estados.

Cumprimos apenas alguns dos objetivos propostos e enunciados, devido à escassez de informações sobre o assunto no Brasil e de maneira mais agravada no Maranhão, onde informações sobre políticas públicas no esporte e na psicologia do esporte são praticamente inexistentes.

Este trabalho trouxe uma reflexão e compreensão sobre como a psicologia do esporte, junto de suas políticas públicas devem ter mais importância e reconhecimento dentro dos poderes do legislativo e executivo, visando uma melhoria na vida de diversas pessoas, atletas e futuros atletas.

REFERÊNCIAS

- CARVALHO, Nelson. LAZER E ESPORTE. 3ª Edição. Editora Autores Associados, 18 de agosto de 2021.
- CASOS DE RACISMO NO FUTEBOL BRASILEIRO EM 2022 IGUALAM NÚMERO DE TODO O ANO PASSADO. G1, Rio de Janeiro, 24 de agosto 2022. Disponível em: <<https://ge.globo.com/rj/futebol/noticia/2022/08/24/casos-de-racismo-no-futebol-brasileiro-em-2022-igualam-numero-de-todo-o-ano-passado.ghtml>>.
- JOGADORES SE UNEM EM CAMPANHA CONTRA O ABUSO SEXUAL NO FUTEBOL. R7, São Paulo, 21 de fevereiro 2018. Disponível em: < <https://esportes.r7.com/futebol/jogadores-se-unem-em-campanha-contra-o-abuso-sexual-no-futebol-21022018>>.
- MEDEIROS, C.; LACERDA, A. ESPORTE, SAÚDE MENTAL E SOCIEDADE. São Paulo: Editora Pasavento, 2020.
- O ESPORTE PRECISA DE POLÍTICAS PÚBLICAS. Psicologia no esporte. Disponível em: <<https://psicologianoesporte.com.br/o-esporte-precisa-de-politicas-publicas/>>
- PONTES, Guilherme. ESPORTE TRAZ REFLEXÃO SOBRE SAÚDE MENTAL EM CENTRO SOCIOEDUCATIVO DA FUNAC. Bombabomba, 22 de janeiro 2021. Disponível em: <<https://bombabomba.com.br/maranhao/esporte-traz-reflexao-sobre-saude-mental-em-centro-socioeducativo-da-funac/>>.
- PSICOLOGIA E POLÍTICAS PÚBLICAS. Jornal do CRP-RJ, Rio de Janeiro, março/abril 2010. Disponível em: <http://www.crpj.org.br/site/wp-content/uploads/2016/05/jornal27-politicas-publicas.pdf>.

REFERÊNCIAS TÉCNICAS PARA ATUAÇÃO DE PSICÓLOGAS(OS) EM POLÍTICAS PÚBLICAS DE ESPORTE / Conselho Federal de Psicologia, Conselhos Regionais de Psicologia e Centro de Referência Técnica em Psicologia e Políticas Públicas. — 1. ed. — Brasília: CFP, 2019.

SILVA, Matheus. POLÍTICAS PÚBLICAS PARA O ESPORTE: ENTENDA A IMPORTÂNCIA. Politize, 29 de maio 2022. Disponível em: <<https://www.politize.com.br/esporte-nas-politicas-publicas/>>.

POLÍTICAS DE SAÚDE MENTAL NO MARANHÃO: abordagem e efetividade das ações para prevenção das alterações psicológicas resultantes do estresse no trânsito

FERREIRA, Ana Caroline Barros
SILVA, Edson Mendes da
CARNEIRO, Jaqueline Pimentel Dias
MATOS, Jenifer da Silva
SOUSA, Lidianne Vieira
COSTA, Samuel Maciel

RESUMO

O estresse no trânsito é uma realidade comum em muitas cidades ao redor do mundo. As situações estressantes no trânsito podem incluir engarrafamentos, motoristas agressivos, a pressão de estar atrasado para compromissos, falta de cortesia dos outros motoristas, entre outros fatores. Esse estresse pode ter um impacto negativo na saúde física e mental das pessoas envolvidas e pode levar a uma variedade de problemas de saúde, tanto físicos quanto mentais. Dentre as doenças resultantes desse cenário, destacam-se: hipertensão, cardiopatias diversas, distúrbios do sono, problemas respiratórios, doenças gastrointestinais e os problemas mentais. Para minimizar os problemas de saúde resultantes do estresse no trânsito, as políticas públicas podem abordar várias frentes, incluindo a melhoria da infraestrutura viária, o incentivo ao transporte público e ao compartilhamento de veículos, a promoção da conscientização e educação no trânsito, a implementação de medidas de segurança e a criação de programas de apoio psicológico para os usuários das vias. Esse é, portanto, um assunto de alta representatividade na teia social e no mundo atual, em que as grandes cidades acabam por se tornar metrópoles e as necessidades logísticas acabam por influenciar o aumento no volume de veículos circulando as vias públicas.

Palavras-chave: Estresse. Conscientização. Políticas Públicas. Apoio psicológico.

1 INTRODUÇÃO

Quem nunca sonhou em ter um carro? E quem não projeta toda a facilidade existente em sair por aí dirigindo sua própria condução? Pois é. Esses são os sonhos de um deslocamento ágil, fácil, até prazeroso. No entanto, a realidade das capitais e grandes cidades insiste em evidenciar que dirigir tem sido cada vez mais um desafio para corajosos.

Em um mundo em que a velocidade impera e a logística tem sido demandada como uma ciência, deslocar-se de modo rápido, fácil e sem grandes atropelos tem sido uma busca, que parece se distanciar cada vez do possível, do realizável. Será mesmo? Nessa pesquisa, apontar possibilidades de saídas para o caos em que o trânsito tem se transformado também é parte da busca dos pesquisadores.

O fato é que não são poucos os danos psicológicos que o trânsito tem causado nos motoristas e demais protagonistas que se relacionam nesse ir e vir das ruas e avenidas diariamente.

Se já na condução da direção, seja na interação com os sinais e demais fatores orientadores do trânsito, motoristas, ciclistas, pedestres, motociclistas e demais protagonistas dessa teia social estão sujeitos ao estresse e muitos outros fatores que, diariamente, ocupam espaço nos modelos mentais e, em condições muito particulares, assumem espaço nas muitas doenças e/ou transtornos psicológicos que ganham forma e se manifestam, causando dores, sofrimentos e, em alguns momentos, tragédias.

Embora a psicologia do trânsito ainda não seja uma área tão requisitada, o fato é que esse não é um assunto novo. Nos últimos tempos, tem sido um assunto pauta de muitas discussões, tendo em vista o quanto as pessoas estão psicologicamente comprometidas e como os eventos relacionados ao trânsito estão assumindo as páginas policiais, uma vez que tem havido um aumento no número de brigas e até, de mortes no trânsito. O aumento da violência no trânsito tem sido um dos fatores que validam a percepção de que algo precisa ser feito.

Nessa pesquisa, o foco estará voltado para o entendimento quanto às políticas públicas adotadas no estado do Maranhão, com vistas à minimizar os danos causados pelo estresse resultante das interações desencadeadas na rotina de todos os dias em que, pessoas, veículos diversos e variáveis ambientais juntos, criam o cenário ideal para múltiplas ocorrências e, dentre elas, as muitas manifestações de transtornos mentais.

Pesquisar sobre esse assunto é um viés que precisa ter amplitude, uma vez que este é um assunto com forte impacto sobre muitas vidas. Os muitos problemas vivenciados nas cidades deixam claro que, na ausência do ambiente ideal que envolve, dentre outras coisas, elementos tais como: engenharia de trânsito, melhor infraestrutura das vias públicas e redução do volume de veículos circulando, as medidas preventivas orientadas para os seres humanos podem minimizar os danos. Esperamos que esse artigo traga elementos que sirvam de referência para novas pesquisas.

Assim, esse artigo parte da seguinte questão problematizadora: como o Maranhão tem avançado na implementação de políticas de saúde mental que minimizem as alterações psicológicas resultantes do estresse no trânsito?

Os objetivos geral e específicos estão alinhados na perspectiva de apresentar os impactos do estresse no trânsito e as políticas pensadas para o estado do Maranhão, considerando

a perspectiva dos vários cenários que orbitam em torno da saúde mental e psicológica. Assim, a pesquisa parte dos seguintes objetivos específicos: conceituar saúde mental; evidenciar as variáveis presentes nas interações entre o indivíduo e o trânsito; pesquisar as alterações psicológicas desencadeadas a partir dos estímulos presentes na relação do motorista com os eventos do trânsito; e registrar os dados e/ou informações quanto à efetividade das políticas públicas implementadas.

O estudo foi construído e desenvolvido a partir de uma abordagem descritiva, qualitativa, de caráter exploratório, mediante pesquisa bibliográfica.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

A fundamentação teórica está estruturada em autores e teóricos cuja contribuição e profundidade sobre o tema objeto de pesquisa validam os conteúdos ora apresentados.

2.1 Saúde Mental: evolução do conceito

No presente capítulo, tratar-se-á do conceito de psicopatologia e saúde mental e sua evolução no decorrer dos anos, dentro e fora do Brasil. Muitas pessoas são afetadas por quadros psicopatológicos atualmente, e convivem com esses sintomas sem saber que existe tratamento adequado, as vezes não se conscientizam que afetam muitas áreas de suas vidas como pessoal, profissional.

Esses quadros têm se tornado mais recorrentes e divulgados nos últimos anos em decorrência das pressões sociais, cobranças e muito se atribui ao período pandêmico. Mas já a muitos anos atrás estudos e concepções são levantados a fim de compreender o funcionamento de mentes doentias.

Mas o que significa o termo psicopatologia?

O termo psicopatologia tem origem em três palavras gregas: psychê que se refere ao psiquismo, alma; páthos que se refere a excesso, passagem, passividade, sofrimento, assujeitamento, patológico; e logos que se refere a lógica, conhecimento. Pode-se compreender que a palavra psicopatologia trata do conhecimento sobre as patologias da alma. (Zanoni, 2011)

Historicamente, cada época, ou cenário político estabelecia uma definição para quadros mentais de acordo com seus próprios interesses e conhecimentos, por tanto, seria dificultoso definir

a palavra psicopatologia em detrimento de seu vasto campo de atuação e aprofundamento. Pode-se dizer que tudo que foge dos padrões comuns da sociedade é considerado loucura, ou seja, aquela pessoa que possui um comportamento muito diferente do geral da comunidade sendo que essa pessoa gere algum constrangimento familiar ou social. Baseado em diagnósticos e exames o médico levantará um laudo de psicopatologia. Um laudo é importante, pois nem todas as patologias podem ser consideradas loucura como exemplo a depressão e fobias. Para tanto far-se-á uma viagem temporal nos primórdios dos estudos relacionados aos fenômenos e sintomas mentais já registrados.

Na Grécia Antiga, já tinham um conceito construído sobre a loucura baseado em três explicações: Os deuses puniam os homens que ousavam controlar seus destinos tornando os loucos; Platão e Sócrates defendiam que as pessoas desvairavam quando recebiam dons divinos como profetas já que as pessoas falavam coisa que ninguém entendia; e por fim Hipócrates com visões mais racionais, diz que a loucura é oriunda de lesões cerebrais e que a saúde mental dependia de quatro fluídos do corpo humano (bile amarela, bile negra, fleuma e o sangue) (Gonçalves, 2021).

A teoria de Hipócrates foi reformulada por Galeno designando os quatro humores (colérico, sanguíneo, fleumático e melancólico) e usava a sangria de forma terapêutica perdurando essa abordagem por 2000 anos.

Na idade média, acreditavam que os loucos eram amaldiçoados por Deus por conta de pecados e eram excluídos, exorcizados ou punidos como forma de limpar a sociedade, pois na época a igreja mantinha o conhecimento e o poder. Outro contexto histórico é o renascentista, em que os loucos eram abandonados fora das cidades ou embarcações sem destino pelo mar. Não havia cuidados, nem tratamento essas pessoas como as outras pessoas com outras doenças.

Com o progresso social, cidades se estruturando e desenvolvendo e o surgimento do mercantilismo, os loucos passaram a ser aprisionados e internados e a loucura passou a ter um significado moral, desqualificante, preguiça. Por volta de 1656 quando foi definido a fundação do Hospital Geral em Paris. Nos hospitais Gerais, os internos trabalhavam para evitar ociosidade já que não contribuía financeiramente, não trabalhavam e lá eram corrigidos, disciplinados e reprimidos e não se importavam em curar ou ajudar (Gonçalves, 2021).

No século XVIII, os loucos eram tidos como animais, a ponto de serem usados como animais de carga. No final desse século, Philippe Pinel fundamenta a alienação mental como distúrbios das funções intelectuais do sistema nervoso. Ele foi o primeiro psiquiatra a olhar os

loucos como seres humanos e considerar os quadros psiquiátricos como resultados de problemas sociais, hereditários ou acidentes físicos.

Já no século XX, houve melhoras nos cuidados para com os internos, baseadas na liberdade, igualdade e descobertas na saúde pública.

No Brasil, no período imperial as pessoas tidas como loucas eram confinadas em asilos e em Casas de misericórdia pois causavam vergonha aos familiares e à sociedade, eram improdutivos. (CORDEIRO et al., 2012)

Em 1852, foi fundado o hospício Dom Pedro II que teve seu nome alterado para hospício Nacional dos alienados com método asilar francês. (Guimarães et al, 2013). Só em 1982, foi aprovada a primeira Lei que assistia os tidos como Alienados. Muitos manicômios começaram a surgir com intuito de disciplinar os comportamentos anormais, segregar os acometidos por perturbações mentais e mantê-los em cárcere sem nenhuma autonomia ou respeito, sendo às vezes tratados com violência, choques e cirurgias. (Guimaraes et al, 2013).

Somente após a segunda Guerra Mundial quando os povos começaram defender direitos humanos, igualdade e outros movimentos como o Movimento dos Trabalhadores em Saúde Mental, também se fortaleceu a reforma psiquiátrica em que concepções mais humanas para tratar os doentes mentais, os mesmos passaram a ter assistência médica, medicações, terapias e cuidados (Cordeiro, et al, 2012).

A mudança de mentalidade começou no Brasil depois de 1970, com greves, instituições públicas, profissionais, e familiares se envolveram para reivindicar melhorias no tratamento aos doentes mentais. Houve congressos e encontros para debater e desativar os manicômios. Somente em 1989 chega ao congresso um projeto de Lei pra acabar com os manicômios, Lei essa que só passou a valer depois de 12 anos. (Lima et al, 2011).

Em 1987, acontece junto ao SUS, conferências de Saúde mental que defendia um trabalho cooperativo com vários profissionais, levantando-se novos métodos de atendimento e práticas como CAPS (Centros de Atenção Psicossocial) e os NAPS (Núcleos de Atenção Psicossocial) (Liandro, 2018).

Com o presente resumo, espera-se que tenha alcançado o objetivo de elucidar o conceito de psicopatologias e saúde mental ao longo dos anos sob perspectiva mundial como também nacional.

2.2 Alterações Psicológicas resultantes do trânsito

Com o desenvolvimento da sociedade moderna e constante exigências por cumprimento de prazos e o ser humano ultimamente ter sempre a imagem do recurso de tempo cada vez mais escasso e com mais responsabilidade, levando a celebre frase de que tempo é dinheiro, os meios de transportes acompanharam essa evolução no sentido que a cada dia mais propiciam aos condutores formas mais rápidas e por vários meios de se locomover. Logo, o estudo dos impactos psicológicos relacionados ao ambiente de trânsito é muito importante pelo grau de dimensionamento desse assunto, principalmente no que tange as grandes metrópoles.

Com a evolução dos meios de transportes rodoviários e facilidade no acesso a esses veículos comparado a outras épocas, o trânsito passou a ser um assunto comum e de impacto não somente aos condutores de veículos automotores, mas também de impacto em toda a sociedade, desde o pedestre, passando pelos condutores e levando aos órgãos competentes cada vez maiores medidas para o controle e ferramentas para organização dessa organização social. E conforme citado por Dagostin, Carla Giovana (2014, p. 10): “A Psicologia é uma ciência que tem como interesse compreender e produzir conhecimento sobre o comportamento humano, independente do contexto onde ele se manifesta, seja nas empresas, escolas, clínicas, e também no trânsito.”

Logo, tendo em vista o campo de estudo da psicologia, tornou-se necessário a criação de ferramentas nesse campo de atuação relacionados ao trânsito. Mesmo sendo ainda pouco conhecida a atuação dos profissionais de psicologia voltada especificamente para o ambiente do trânsito, se forma evidente o impacto dessa organização na sociedade, segundo os dados do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), apud Senado (2022),

Estima em 45 mil mortos anuais e R\$ 50 bilhões de custo econômico o resultado dos acidentes de trânsito no Brasil. Em 2017, esses acidentes representaram a principal causa de mortes de crianças entre 5 e 14 anos no país. Recentemente, a legislação mudou para punir com mais rigor o homicídio culposo de trânsito. Especialistas em audiência no Senado defendem educação no trânsito nas escolas brasileiras.

O recorte acima nos ajuda a entender o grau de relevância de aprofundarmos os estudos no trânsito, assim como o comportamento das pessoas nesse ambiente, que por muitas das vezes se torna insalubre, com muitos gatilhos para condições de estresse e ansiedade. Como exposto anteriormente, o debate sobre a temática deveria ser abordado por todos os setores da sociedade, pois a construção de um ambiente de trânsito mais saudável emocionalmente perpassa desde a

sociedade civil, em escolas, hospitais, autoescolas e governo em todas as suas esferas, cada parte envolvida sendo responsável pela área que lhe compete a atuação.

As raízes desses assuntos são relatadas por, Conforme relatam diversos autores, (Cristo, 2012; Cruz; Hoffmann, 2003; Bianchi, 2011 *apud*. Dagostin, Carla Giovana, 2014, p. 10), a sua inserção como campo de trabalho, deu-se na década de 1920, quando se iniciou a sua aplicação por meio de testes psicológicos, para a seleção de pessoas e orientação profissional na área de transportes no país.

São utilizados testes psicotécnicos para avaliação de condutores, que são um pilar importante na construção de um trânsito responsável, no entanto, é necessário avaliar em conjunto com outras esferas da sociedade outros mecanismos para melhoria desse cenário, pois segundo Machado (2023), “uma pesquisa realizada pela Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), em parceria com o site britânico Compare The Market, aponta que o Brasil é o segundo lugar no ranking de países com o pior trânsito do mundo, perdendo apenas para a Rússia.”

A pesquisa buscou avaliar aspectos diversos relacionados ao trânsito, como: mortalidade, qualidade nas vias, constrangimentos e custos para manutenção de veículos.

É válido ressaltar a importância da conscientização da sociedade civil para o tema, pois todos somos agentes atuantes nesse cenário, desde pedestres, condutores de grandes veículos e autoridades regulamentadoras, para que o assunto não se torne uma mera estatística e casos divulgados nas grandes mídias e redes sociais.

2.3 Agressividade no trânsito: causas e consequências

Conforme pesquisa feita pelo Instituto de Pesquisa Econômica e Aplicada (IPEA), acontecem em média 6,8 mortes para cada 10 mil veículos, deixando o Brasil no quarto lugar em ranking mundial em acidentes de trânsito. Enquanto isso, nos Estados Unidos, a média é de 1,93 e na França 2,35. O que resulta em um total de 30 mil mortes no trajeto brasileiro.

De acordo com Parreira, Salles e Passos (2011), a exposição do homem ou da mulher no trânsito, pode ocasionar desgaste físico e mental, o que pode causar como consequência estresse ou raiva durante seu deslocamento em vias públicas. Conclui-se que 90% dos acidentes estão relacionados a fatores humanos, e apenas 10% estão relacionados a outras condições, como por exemplo, ambientais ou condições do próprio veículo (Panichi; Wangner, 2006).

Diante disso, Tebaldi e Ferreira (2004), salientam que quando o organismo sente uma ameaça no equilíbrio emocional, constroem-se então reações para uma adaptação nova. Conceitua-se a o estresse como um comportamento do organismo quando nasce uma necessidade de adaptação, surgindo um o estado de alerta para uma ação de luta ou fuga, podendo reagir de forma agressiva. E o que seria um comportamento agressivo? Um comportamento agressivo caracteriza-se por toda e qualquer conduta que tenha a finalidade de ferir o outro, seja de forma física ou verbal. Se torna persistente quando o sujeito não consegue lidar com certas condições. (Menezes, 2003).

Segundo Almeida (2002), a profissão de motoristas, em ênfase no transporte coletivo, é o setor com mais exposição ao estresse, por envolver manuseios difíceis e disponibilizar serviços de forma direta ao público. As multas a pagar, consertos em casos de acidentes durante o transporte, entre outras, também se associam ao estresse dessa classe de trabalhadores. Cavagioni, Perin, Batista, Bianchi e Costa (2009), relacionam também como principal causa de acidentes envolvendo os caminhoneiros, o cansaço e a falta de concentração. Ressaltam também que o estresse se desenvolve devido o nervosismo, a tensão e a preocupação na maior parte do tempo. Abordagens que reforçaram o estudo feito por Oswaldo (2009), que salientou que o quanto maior o trabalho, menor a qualidade de vida dos profissionais. A mistura de estresse a agressividade nas vias públicas, acaba em grande parte das vezes em acidentes e mortes, além de serem casos resultantes de saúde pública, pois mesmo com suas frustrações arriscam todos os dias suas vidas em prestação de serviços para o público no trânsito.

Em concordância com o Código de Trânsito brasileiro (CTB), em seu art. 1º, parágrafo 1º, discorre o trânsito como o uso de vias, por pessoas, veículos e animais, de forma individual ou grupal, transferindo ou não para fins de circulação, parada e estacionamento. Entretanto, podemos ver que o trânsito se conceitua de forma bem mais complexa na prática.

A cada época em que a tecnologia se alarga pelo mundo, maior a quantidade de invenções, incluindo as máquinas (carros), entrando, as vias permanecem as mesmas. Bassani (Apud Dotta, 2000, p.9), vai dizer que o veículo após ser conduzido assume as emoções do condutor, logo, a individualidade do sujeito, está vinculada ao transporte, por isso alega que o trânsito não pode ser analisado de forma separada. Engloba tudo o que o ser humano carrega. Seus valores, suas ideias, culturas e personalidade. Vale salientar, que pessoas preocupadas com sua saúde no trânsito, são minoria, pois a maior parte preocupa-se apenas no automóvel esteticamente

bonito e confortável, além da satisfação do prazer, logo, a prioridade de um trânsito saudável vai “por água abaixo”.

Uma pesquisa feita pela National Highway Traffic Safety Administration (NHTSA), agência de segurança veicular no governo dos Estados Unidos, a raiva no volante já ultrapassa os limites de casos de pessoas bêbadas no trânsito, o qual impacta em acidentes sérios. Resultados alarmantes, tendo em vista que a respeito da saúde e empatia no trânsito, é escasso. Vale retratar que no trânsito pode ser observado vários traços do comportamento, contendo variáveis que tornam o estresse e a agressividade como suas manifestações. Sendo assim, o trânsito também é um estímulo para desencadear determinados comportamentos, tornando o veículo e o sujeito em “um corpo só”, e um local de exposição das suas manifestações.

Diante disso, quanto mais expostos os motoristas estão, mais propícios estarão em apresentar comportamentos agressivos no trânsito, que podem suceder-se em acidentes graves ou até mesmo mortes.

2.4 Medidas preventivas e minimização dos danos causados pelo trânsito

A Organização Mundial da Saúde (OMS) lançou a Década de Ação para a Segurança no Trânsito 2021-2030 com o objetivo de prevenir pelo menos 50% das mortes e mortes no trânsito até 2030. Globalmente, mais de 3.500 pessoas morrem no trânsito todos os dias, o equivalente a quase 1,3 milhão de mortes evitáveis e aproximadamente 50 milhões de acidentes rodoviários a cada ano, sendo a principal causa de morte entre crianças e jovens no mundo.

O plano global descreve as ações necessárias para atingir a meta de reduzir as mortes no trânsito e inclui ações aceleradas para melhorar a segurança na direção; garantir estradas, veículos e atitudes seguros; e garantir atendimento de emergência oportuno e eficaz. O objetivo é inspirar ações ousadas e decisivas por parte dos países, incluindo governos e parceiros, usando as ferramentas e o conhecimento adquiridos na última década de ação para mudar de rumo.

Este Plano Global foi desenvolvido pela Organização Mundial da Saúde e pelas Comissões Regionais das Nações Unidas, em cooperação com parceiros na Colaboração das Nações pela Segurança no Trânsito e outras partes interessadas, como um documento de referência para dar apoio à implementação da Década de Ação 2021 - 2030 e seus objetivos.

O esquema é projetado para incentivar os governos nacionais e locais, e como outras partes interessadas (incluindo a sociedade civil, a comunidade acadêmica, o setor privado, doadores,

líderes comunitários e jovens e outras partes) para desenvolver planos de ação e metas nacionais e locais para a Década de Ação.

2.5 Políticas públicas do estado do Maranhão com foco nas alterações psicológicas

A principal característica das sociedades modernas é a diferenciação social. Isso significa que seus integrantes não só possuem características diferentes (idade, sexo, religião, casamento, escolaridade, renda, profissão, etc.), como também possuem pensamentos, valores, interesses e aspirações diferentes, além de desempenharem diferentes papéis no curso da vida, da sua existência. Tudo isso complica a vida em sociedade e muitas vezes contêm conflitos: opiniões, interesses, valores, etc. No entanto, para que a sociedade sobreviva e se desenvolva, os conflitos devem ser mantidos dentro de limites administráveis. Só há duas maneiras de fazer isso: coerção pura e simples e política. O problema com o uso da força é que quanto mais ela é usada, menos eficaz ela se torna e mais cara ela custa.

Assim, é possível mostrar que a política cuida das obrigações, em sua maioria opcional, mas não exclusivas. Então a pergunta: o que é política? Easton (1970) dá uma definição muito simples: política é a resolução pacífica de conflitos. No entanto, este termo é muito amplo e muito restritivo e argumenta que a política consiste em um conjunto de ações formais e informais que articulam relações de poder e visam à solução pacífica de disputas por bens públicos.

Por outro lado, as políticas públicas são o resultado da atividade política: consistem em uma série de decisões e ações relacionadas à atribuição forçada de valores. Nesse sentido, é necessário distinguir entre política pública e tomada de decisão política. As políticas públicas geralmente envolvem mais de uma decisão e requerem várias escolhas estratégicas para programar as decisões tomadas. Embora a política pública envolva decisões políticas, nem todas as decisões políticas constituem uma política pública. Um exemplo pode ser encontrado nas emendas constitucionais para reeleger o presidente.

Nesse sentido, existe o Centro de Referências Técnicas em Psicologia e Políticas Públicas (Crepop) que é uma ferramenta do sistema Conselhos de Psicologia que visa fornecer referencial técnico para a atuação da psicologia nas políticas públicas, mapear as ações e o desenvolvimento da prática dos psicólogos, promover iniciativas, em nível local e nacional, que suscitaram discussões e fortaleceram o lugar da psicologia nesses campos.

Como produto de suas ações, um dos propósitos do Crepop é fornecer um documento de categoria que oriente a atuação profissional em serviços, programas e políticas, definindo o papel ético e político desse trabalho. Dessa forma, esses trabalhos convocam a categoria a (re)pensar e (re)inventar sua prática, garantindo seu compromisso moral-político, inspirando uma ação socialmente centrada, atenta às necessidades do povo brasileiro, orientando suas ações para mudança de vida.

Este documento é mais um produto do levantamento da prática profissional realizado pelo Crepops no Conselho Regional de Psicologia (CRP). Trata-se de "referências técnicas para psicólogos que atuam em políticas públicas de mobilidade e transporte humano", campo muito importante para essa categoria e que diz muito sobre como a psicologia se constitui no Brasil como ciência e como profissão. Em 2007, o Crepop apresentou o campo da mobilidade e transporte como tema de pesquisa no VI Congresso Nacional de Psicologia (VI CNP), que sistematicamente apontou ao conselho que a prática dos serviços de transporte necessitava de mais qualificação e orientação, especialmente aquelas voltadas para a concessão de uma Carteira Nacional de Habilitação (CNH).

3 METODOLOGIA

O presente estudo tem como método de pesquisa a utilização de registros bibliográficos. Dessa forma, os levantamentos feitos são recortes de autores que já apresentam resultados sobre o assunto.

3.1 Tipo de estudo

O estudo será desenvolvido a partir de uma abordagem descritiva, qualitativa, de caráter exploratório, mediante pesquisa bibliográfica.

3.2 Coleta e análise de dados

Para a seleção da literatura de modo que responda os objetivos, será realizada uma busca de artigos científicos em diferentes bancos de dados, entre os quais: *Scientific Eletronic Library Online* (SCIELO), *Literatura Latino Americana e do Caribe em Ciências da Saúde*

(LILACS), e BIREME, sendo selecionadas publicações com base em títulos e resumos e, relacionadas aos objetivos da pesquisa.

As publicações escolhidas deverão ter sido realizadas entre 2017 e 2023.

Os dados coletados serão analisados e tabulados (se aplicável) no programa Microsoft Excel versão 2010 (APÊNDICE A), com informações acerca do título da publicação, autores, ano, local do estudo, amostra e objetivos de cada autor. Em seguida, será elaborada uma tabela de acordo com os objetivos deste estudo.

Após o levantamento dos referenciais que serão estudados, será realizada uma análise e seleção dos mesmos, mediante informações pertinentes ao tema, para posterior discussão dos resultados de cada estudo.

3.3 Critérios de inclusão e não inclusão

Serão incluídos na presente pesquisa artigos publicados entre os anos de 2017 a 2023, indexados nos bancos de dados selecionados em idioma português, que abordem os impactos sobre o desenvolvimento humano do luto resultante do divórcio que se estenda de forma prolongada.

4 RESULTADOS E DISCUSSÕES

Pesquisar sobre esse assunto colocou o holofote sobre um aspecto relevante das políticas públicas para prevenir, conter e/ou corrigir os problemas originados na rotina estressante do trânsito: no Brasil, ainda existe muito por avançar. Em se tratando do estado do Maranhão, existem campanhas, que não devem ser entendidas como políticas, tendo em vista o caráter pontual.

Parte da legislação, está sustentada nos eventos geradores de eventos com sinistralidade, a exemplo das mortes no trânsito que poderiam ter sido evitadas caso os ocupantes do veículo estivessem utilizando cinto de segurança. E, nesse caso, parte-se do indicador para formalização do composto legal.

No entanto, no que concerne aos aspectos comportamentais e nas práticas que demandam a interação com o ambiente da psicologia, percebe-se ainda um grande distanciamento. No contexto geral, as políticas públicas, no Brasil, estão fundamentadas em ações de melhoria e/ou desenvolvimento de obras estruturais, componentes da infraestrutura, avanços na qualidade do transporte público e campanhas, como a do maio amarelo.

Tratar sinalizações e restrições de tráfego como política pública acaba por criar uma zona cinzenta, uma tentativa de tirar o foco do que realmente importa: a saúde humana. Nesse sentido, não foram rastreadas políticas públicas, no estado do Maranhão, com essa orientação.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Pesquisar sobre esse conteúdo, lançou luzes sobre a importância do suporte psicológico, não somente como medida corretivas, mas, especialmente, como ação preventiva, elementos essenciais das políticas públicas.

A pergunta que norteou esse artigo foi: como o Maranhão tem avançado na implementação de políticas de saúde mental que minimizem as alterações psicológicas resultantes do estresse no trânsito? De acordo com a rastreabilidade realizada e as muitas fontes consultadas, foi possível evidenciar que o tema saúde mental no trânsito não é parte das políticas e programas desenvolvidos, havendo uma distância grande no que concerne à inserção do profissional psicólogo como parte da equipe envolvida na busca de soluções e, em especial, como membro integrante e ativo da equipe que implementa as políticas pensadas com esse objetivo.

Para minimizar os problemas de saúde resultantes do estresse no trânsito, as políticas públicas podem abordar várias frentes, incluindo a melhoria da infraestrutura viária, o incentivo ao transporte público e ao compartilhamento de veículos, a promoção da conscientização e educação no trânsito, a implementação de medidas de segurança e a criação de programas de apoio psicológico para os usuários das vias.

Como sugestão, destacamos o quanto é importante que essas políticas sejam desenvolvidas em conjunto com as partes interessadas, incluindo órgãos de trânsito, autoridades locais, empresas de transporte, especialistas em saúde pública e a sociedade civil, para garantir uma abordagem abrangente e eficaz na minimização dos problemas de saúde resultantes do estresse no trânsito.

Um fator relevante é: para cada cenário, políticas distintas. Mesmo no Brasil, as políticas que funcionam no Sul, por exemplo, não são aplicáveis ao Nordeste e dentro do próprio estado do Maranhão, pode haver particularidades que, por sua vez, demandarão customização da políticas, considerando as particularidades regionais e locais.

Os objetivos da pesquisa, foram respondidos e nos conduzam a uma reflexão que deixamos como fechamento desse artigo, entendendo, no entanto, que o que ora apresentamos, não resume ou extingue esse conteúdo: as políticas de saúde mental no Maranhão carecem de melhor atenção e nesse quesito, demandam maior participação do profissional de psicologia, para que as ações de prevenção quanto às alterações psicológicas tenham efetividade.

REFERÊNCIAS

BACHARACH, P.; BARATZ, M. "Poder e Decisão", in F.H.CARDOSO e C.E.MARTINS, Política e Sociedade, São Paulo: Cia Ed. Nacional, vol. 1, 1979.

CONFEDERAÇÃO NACIONAL DO TRANSPORTE. Serviço Social do Transporte. Serviço Nacional de Aprendizagem do Transporte. Pesquisa CNT de rodovias 2017: relatório gerencial. Brasília, 2014.

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. Resolução nº 012, de 20 de dezembro de 2007. Institui o Manual para Avaliação Psicológica de candidatos à Carteira Nacional de Habilitação e condutores de veículos automotores. Diário Oficial, Brasília, DF, 2000a. Seção 1, p. 248. Disponível em: Acesso em: 29 out. 2018.

CORDEIRO, Franciele Roberta, et al. Cuidados de enfermagem à pessoa com esquizofrenia: Revista de enfermagem da UFSM, 2012, n. 2, v.1, p 174-181. Disponível em: <https://periodicos.ufsm.br/reufsm/article/view/3123>. Acesso em: 11 mai. 2023.

DETRAN. A combinação entre estresse e agressividade no trânsito pode ser fatal. Disponível em: <https://www.detran.ms.gov.br/a-combinacao-entre-estresse-e-agressividade-no-transito-acaba-na-maioria-das-vezes-sendo-um-facilitador-para-acidentes-e-mortes/>. Acesso em: 5 mai. 2023.

EASTON, David (Org.). Modalidades de Análise Política, Rio de Janeiro, Zahar, 1970. Capítulo 7.

_____. Caderno de psicologia do trânsito e compromisso social. Brasília, DF, 2000b. Disponível em: . Acesso em: 17 maio 2023.

_____. Relatório do II Seminário de Psicologia e Políticas Públicas. Brasília, DF, 2003. Disponível em: . Acesso em: 17 maio 2023.

GONÇALVES, André P. Psicopatologia. Editora Saraiva, 2021. *E-book*. ISBN 9786589965596. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9786589965596/>. Acesso em: 11 mai. 2023.

LIANDRO, Bismarck. A EVOLUÇÃO DA SAÚDE MENTAL NO BRASIL: REINSERÇÃO SOCIAL. Revista Científica Semana Acadêmica. Fortaleza, ano MMXVIII, Nº. 000126, 16/07/2018. Disponível em: <https://semanaacademica.org.br/artigo/evolucao-da-saude-mental-no-brasil-reinsercao-social> Acesso em: 12/05/2023.

LIMA, Israel Coutinho Sampaio et al. O centro de atenção psicossocial no olhar do familiar cuidador. Revista de pesquisa: cuidado é fundamental online, 2011, p. 45-51. Disponível em: http://www.seer.unirio.br/index.php/cuidadofundamental/article/view/1945/pdf_521. Acesso em: 11 mai. 2023.

Portal do Transito, Mobilidade/ Notícias/ Fiscalizações e Legislação/ Estatística.
<https://www.portaldotransito.com.br/noticias/fiscalizacao-e-legislacao/estatisticas/brasil-ocupa-segundo-lugar-do-ranking-dos-paises-com-pior-transito-do-mundo/>

RESEARCHGAT.NET. D Comportamentos no trânsito e causas da agressividade. Disponível em:
https://www.researchgate.net/profile/Vinicius-Ferreira-7/publication/216885145_Comportamentos_no_transito_e_causas_da_agressividade_Behaviors_in_the_Traffic_and_Causes_of_Aggressiveness/links/05beffab67f9b7b180052aa0/Comportamentos-no-transito-e-causas-da-agressividade-Behaviors-in-the-Traffic-and-C. Acesso em: 7 mai. 2023.

SCIELO. Relação entre estresse e agressividade em motoristas profissionais. Disponível em:
http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2177-093X2015000200006#:~:text=A%20combina%C3%A7%C3%A3o%20entre%20estresse%20e,%20agressividade%20em%20motoristas%20profissionais.. Acesso em: 4 maio 2023.

ZANONI, Anna Paula; SERBENA, Carlos Augusto. A psicopatologia como experiência da alma. Rev. Latinoam. Psicopat. Fund., São Paulo, v. 14, n. 3, p. 485-498, São Paulo, 2011.

AFETIVIDADE NO MEIO ACADÊMICO: As Implicações Da Afetividade Na Aprendizagem Dos Alunos No Ensino Superior

LOUZEIRO, Ana Beatriz Machado
SILVA, Ana Paula Nascimento da
PAIXÃO, Diego Braz
SILVA, João Lucas Carvalho da
CASTRO, Willame Sousa

RESUMO

A afetividade é importante no meio acadêmico, pois, apesar de ser significativa nos processos de ensino e de aprendizagem, é uma temática que costuma ser pesquisada, discutida e desenvolvida prioritariamente no âmbito escolar, enquanto no segmento do ensino superior tem sido pouco abordado. Diante dessas circunstâncias o presente artigo relata da importância da afetividade no processo de ensino e aprendizagem obtendo como objetivo distinguir como a afetividade pode influenciar a aprendizagem, evidenciando o ensino superior como objeto de pesquisa. Nesse contexto, foi utilizado uma pesquisa de campo com um questionário para alunos do ensino superior de duas instituições afim de compreender como as relações aluno-professor e aluno-aluno implica no funcionamento do ensino-aprendizagem dos alunos em questão. Os resultados apontam que a afetividade é um fator importante, mas não muito considerando, pois, enxergam o individualismo em todo este contexto, e a grande maioria acredita que essa questão dificulta a relação. O exemplo mais citado foram os trabalhos em grupo. Eles encontram dificuldades para estabelecer uma relação boa ou, ao menos, uma interação. Conclui-se que se houver uma boa convivência entre os alunos e professores na universidade desperta afeto e espírito coletivo como fatores importantes e positivos para o sucesso na aprendizagem.

Palavras-chave: Afetividade. Ensino Superior. Aprendizagem.

1 INTRODUÇÃO

A afetividade, apesar de ser significativa nos processos de ensino e de aprendizagem, é uma temática que costuma ser pesquisada, discutida e desenvolvida prioritariamente no âmbito escolar, enquanto no segmento do ensino superior pouco tem sido abordado e por esse motivo iremos realizar essa pesquisa com foco no público da educação superior.

Acredita-se que quando um jovem ou um adulto consegue ingressar na universidade, ele já é capaz de encarar todos os desafios da vida acadêmica e não irá apresentar dificuldades no seu processo de aprendizagem, pois estas já teriam se manifestado e sido superadas durante o período escolar anterior.

Não é incomum se considerar que as dificuldades que interferem na aprendizagem no ensino superior estariam relacionadas somente à falta de estudos. Alguns alunos ingressam na universidade com diferenças determinantes quanto às suas habilidades e conhecimentos. Isso devido a dificuldades específicas do ensino, no entanto também devido a problemas que interferem nas relações de ordem afetiva e que podem influenciar na aprendizagem, contribuindo para o declínio no aproveitamento acadêmico e colocando em perigo a permanência do estudante na universidade. Complexidades afetivas, provocadas por conflitos psíquicos, podem causar desajustamentos sociais e acadêmicos, assim como perturbações no comportamento.

Portanto, a afetividade é um componente que não pode ser desprezado quando se trata de aprendizagem, uma vez que se constitui como um fator fundamental de socialização. Para a Psicologia Genética, a afetividade exerce um papel essencial para o desenvolvimento intelectual. Apesar disso, inteligência e afetividade são de naturezas diferentes, nas quais o desenvolvimento afetivo e o cognitivo ocorrem de forma simultânea.

Piaget (2014) estabelece um paralelo entre os aspectos intelectuais e os afetivos do desenvolvimento, sustentando sua tese de que a inteligência e a afetividade são elementos distintos, contudo indissociáveis em toda conduta. Não existe um estado afetivo puro, sem elementos cognitivos. Os fatores cognitivos desempenham um papel nos sentimentos e “[...] se mesclam cada vez mais com a inteligência.” (Piaget, 2014, p. 40).

O teórico também afirma que, para que a inteligência se desenvolva, é necessário um motor, que é o afeto. Um sujeito jamais resolverá um problema se este não lhe interessar. O interesse — a motivação afetiva — será o motor que impulsionará o sujeito a agir. Ocasionalmente, a própria metodologia e o tipo de avaliação adotados pelo professor poderão ser cruciais no que tange à motivação do aluno. Sendo assim, o professor assume um papel importante na aprendizagem do seu aluno, educando não apenas para a vida acadêmica, mas influenciando também na vida social do aluno.

2 AFETIVIDADE

A afetividade é um conceito bastante abrangente e possibilita ao ser humano a demonstração de seus sentimentos em relação a outros seres e objetos. Ela faz-se presente nas relações afetivas, como emoção, paixão e sentimentos. O termo afetividade na concepção de Piaget

(2001, p. 18) caracteriza os “[...] os sentimentos propriamente ditos, e em particular, as emoções”. (Silva e Santos (2020))

De acordo com Antunes (2008) a afetividade desempenha um papel significativo na formação da personalidade do indivíduo, acompanhando-o desde o nascimento até a vida adulta, pois, é um conjunto de processos mentais e sentimentos que têm impacto nas ações e nos processos de pensamento. É uma ideia psicológica chave que tem sido bem pesquisada nas áreas de emoções, humor e personalidade.

O ser humano para sua sobrevivência, necessita da presença do outro e essa necessidade é traduzida como amor, é importante notar que a afetividade afeta todas as facetas da vida, não apenas aquelas que são pessoais e relacionais. (Antunes, 2008).

Segundo Costa e Souza (2006), o afeto faz referência a todo tipo de sentimento ou emoção relacionada a ideias. Desta maneira, nas escolas, os alunos conhecem vários afetos, desde o prazer em conseguir realizar uma atividade à raiva de discutir com os colegas.

Almeida, (1999, p. 107) afirma que: “... as relações afetivas são, em alguns grupos, predominantemente o motivo das suas agregações, fato que não ocorre com a escola, na qual a razão primeira de sua existência está na responsabilidade com o conhecimento. Entretanto, mesmo na escola, as relações afetivas se evidenciam, pois a transmissão do conhecimento implica, necessariamente, uma interação entre pessoas.”. Ocorre que a afetividade se encontra diretamente ligada no desenvolvimento emocional e afetivo, na socialização, nas interações humanas e, sobretudo, na aprendizagem.

2.1 Implicações da afetividade

A afetividade desempenha um papel significativo na formação da personalidade do indivíduo, acompanhando-o desde o nascimento até a vida adulta. Atualmente, a afetividade na relação professor-aluno tem recebido bastante atenção quando se trata do contexto escolar e de como essa relação pode impactar a aprendizagem.

No entanto, a importância da relação afetiva entre professor e aluno, assim como aluno e professor, dentro do ambiente acadêmico do ensino superior é pouco discutida. De acordo com Freire (2015 “As necessidades humanas, incluindo as emoções, desempenham um papel fundamentalmente social, fornecendo um vínculo forte e significativo entre os indivíduos, suprimindo as limitações cognitivas nos estágios iniciais da história do ser humano e da espécie.”

As emoções desempenham um papel constante em nossas vidas, tanto no cotidiano quanto nos processos de ensino-aprendizagem. Quando há a presença de afeto, sentimentos e emoções na sala de aula, ocorre uma significativa transformação no ensino e na aprendizagem. O ambiente acadêmico deve ser semelhante ao contexto social do indivíduo, proporcionando a convivência saudável entre educandos e educadores, permitindo que suas emoções sejam reconhecidas. Arantes (2013) atribui grande importância à emoção e à afetividade, desenvolvendo conceitos a partir da ação motora, da afetividade e da inteligência. Assim, para que as emoções se desenvolvam e se manifestem, é necessário que ocorram interações.”

Desde o momento do nascimento, os seres humanos estão expostos ao processo de aprendizagem. Isso abrange desde o recém-nascido até a mãe, que precisa aprender a lidar com o novo indivíduo, permeado por vínculos afetivos. A partir do ato de amamentar, ambos estão envolvidos em uma aprendizagem mútua, mesmo que de forma inconsciente, e estão criando e vivenciando novos laços afetivos. Com isso, a aprendizagem não ocorre de forma isolada, pois está intrinsecamente ligada aos vínculos estabelecidos, sejam eles positivos ou negativos, mesmo que o processo seja individual (CHABOT, 2016).

3 ENSINO-APRENDIZAGEM

O tema da afetividade, como um dos requisitos para a superação de conflitos educacionais e um processo favorável de ensino-aprendizagem, tem recebido certo destaque. De fato, há diversas iniciativas que buscam discutir essa questão, nessa perspectiva, Miras (2014.) “Observa um aumento progressivo de estudos teóricos e empíricos que redefinem os processos educacionais como aqueles que envolvem as pessoas em todas as suas dimensões e habilidades, tanto no aspecto intrapessoal quanto no interpessoal.”

A relação entre professor e aluno é influenciada pela forma como as pessoas se percebem. A percepção que os seres humanos possuem dos outros é influenciada por experiências passadas, preconceitos e valores, os quais têm um impacto significativo nas relações humanas, assim como o estado emocional. Em outras palavras, a qualidade das relações interpessoais entre os indivíduos desempenha um papel importante na compreensão dos conflitos dentro do ambiente do ensino superior (Pino, 2016).

O ambiente acadêmico, juntamente com seus membros, muitas vezes percebe os indivíduos como separados de suas experiências fora do contexto escolar. É aparentado que os contextos doméstico e educacional, embora sejam realidades distintas, não abrangem os mesmos sujeitos, que necessitam dessas e de outras realidades, diferentes e complementares, para se desenvolverem como seres únicos.

Os envolvidos no processo educacional, como professores, alunos e outros, são frequentemente vistos como destituídos de características como emoção e afeto, atribuindo-se a eles apenas as características necessárias ao ambiente de ensino, como, por exemplo, o aspecto cognitivo (Miras, 2014).

A importância da afetividade na relação de ensino-aprendizagem no ensino superior é fundamental para promover um ambiente propício ao desenvolvimento acadêmico e pessoal dos estudantes. A afetividade refere-se à expressão de emoções, sentimentos e vínculos afetivos entre professores e alunos, que vão além da transmissão de conhecimentos.

Quando os docentes estabelecem relações afetivas positivas com os estudantes, criam-se condições favoráveis para o engajamento, a motivação e o interesse pelo aprendizado. Os alunos se sentem valorizados, acolhidos e respeitados, o que contribui para a construção de um ambiente de confiança e segurança emocional (Freire, 2015).

Além disso, a afetividade também influencia na autoestima dos estudantes, na sua autoconfiança e no desenvolvimento de habilidades socioemocionais, como a empatia e a resiliência. Portanto, a promoção da afetividade na relação de ensino aprendizagem no ensino superior é essencial para criar um ambiente propício ao crescimento acadêmico e pessoal dos alunos, favorecendo o seu sucesso educacional e profissional (Almeida, 2015).

4 MÉTODO

A pesquisa de campo realizada tem o objetivo de buscar investigação como a afetividade implica na aprendizagem. A metodologia usada neste presente artigo é a qualitativa que busca obter informações aprofundadas sobre a motivação e o raciocínio das pessoas.

Foi utilizado um questionário em duas (2) instituições com cursos e períodos variados, em busca de compreender as implicações do afeto nas suas relações interpessoais. O estudo – realizada neste artigo - envolveu a leitura e interpretação de artigos nas bases de google acadêmico

e sites, de forma que, todo material recolhido foi analisado gerando uma linha de raciocínio, para assim, sintetizar e fundamentar o artigo. Isto possibilitou uma busca diversificada de dados, que viabilizou o acesso a informações consistentes, que contribuíram para o alcance de conhecimentos científicos referentes ao objetivo principal investigado.

4.1 Análise de dados e discussão

Este trabalho trouxe uma reflexão e compreensão sobre como a afetividade influencia nas questões educativas no ensino superior. No entanto durante a pesquisa em campo foi observado que grande parte das pessoas veem o afeto como algo positivo, sempre voltado para relações boas, o gostar do outro. Dos entrevistados, apenas duas pessoas enxergam o afeto como algo que te afeta, seja positivamente, como a maioria pensou, quando negativamente.

“Afeto é algo que você sente por uma pessoa, você demonstra de certa forma, ou não. Você sente afeto por alguém, mas não demonstra e tem outras pessoas que sentem o afeto de carinho, de amizade, de ter um relacionamento de forma expressiva” (T.L.)

"Eu acho que a afetividade é quando alguma coisa te afeta. Pois toda vez que você é afetado por alguma coisa, é afetividade e é aí que entra a emoção. Então entra o lado ruim também" (A.N.)

Em relação às dificuldades que eles encontram nesse convívio, questões como respeito e empatia foram levantadas por alguns de nossos entrevistados.

"A compreensão que não existe, às vezes até da minha parte mesmo, com outras pessoas e isso traz aquele conflito" (D.S.)

"Eu vejo a questão da competitividade, porque às vezes o aluno nem tem tanta intelectualidade [...], o que acontece é que tem algumas pessoas que têm mais disponibilidade, leem mais, estudam mais, mas isso não quer dizer que essa pessoa tenha mais capacidade que outra. Vejo também que tem pessoas que quando vão falar algo é para mostrar pro outro que tem conhecimento daquilo. Eu acredito que o conhecimento deve ser compartilhado não na intenção de menosprezar o outro.”

A relação professor-aluno, aluno-professor e aluno-aluno também deve ser repensada. Sempre um respeitando o outro. “Não quero ser melhor ou pior que alguém.” (W.L.)

Trouxeram também o comparativo entre alunos que estudam e trabalho e alunos que só estudam, e como isso impacta na realidade e relações deles, visto que este último é a realidade da grande maioria. "Se eu estudo à noite, isso significa que passo o dia inteiro ocupada. A gente já chega cansado, muitos vem do serviço direto pra cá, então essa dificuldade existe" (A.N.)

A pergunta seguinte foi visando compreender como eles enxergam o individualismo em todo este contexto, e a grande maioria acredita que dificulta a relação. O exemplo mais citado foram os trabalhos em grupo. Eles encontram dificuldades para estabelecer uma relação boa ou, ao menos, uma interação.

"Eu vejo que pra uma sala de psicologia, por um lado, é muito importante a gente manter a coletividade, até pra fazer um grupo forte, mas por outras razões, no momento acadêmico, às vezes, quando a gente tá realizando trabalhos em grupo dá vontade de pegar os materiais e fazer aquela atividade sozinho e entregar pro professor, 'Tá aqui. Só o meu nome, ninguém quis participar', porque às vezes tu fica: bora gente, fazer! Aí, quando tá quase na data de entregar o trabalho é que o povo começa a querer. E nisso é uma falta de comunicação, de interesse. Eu acho que isso precisaria ser trabalhado".

"Então, acho que se a gente conseguir trabalhar nessa base que é, simplesmente, fazer um trabalho em grupo, se relacionar, se entender, se compreender, a gente consegue levar isso aqui para além do ambiente acadêmico, para fora, que é muito interessante. Lá fora vamos precisar um do outro" (T.L.)

A última pergunta levanta o questionamento de como os alunos poderiam contribuir para promover a afetividade nesse ambiente.

"A questão de você saber respeitar, você saber ouvir a opinião do outro, você chamar ele pra perto, "e aí, o que é que tá acontecendo que você não tá conseguindo produzir?". É essa a questão, de você buscar ele pra perto de ti. Se você tem um entendimento melhor de tal matéria, "e aí, eu posso te ajudar em algo?".

"Tá, a gente trabalha durante o dia, mas querendo ou não, a gente sempre tem um tempo, então eu acho que é isso, buscar o outro, tá perto, perguntar. Se eu tenho uma dúvida eu vou naquele que eu vejo que tem um entendimento melhor que o meu, e seria a chance dele de estar de portas abertas para me receber." (T.L.)

"Isso aqui, uma roda de conversa, uma aula assim. Isso aqui é tudo. Até porque, cada um chega, senta no seu cantinho, quem fala com um, fala, dá boa noite. Tem outros que nem olha na tua cara. E também se colocar no lugar do outro, porque tem dia que eu não estou bem, que fulano não está bem. Mas acho que é isso, ter mais momentos assim. Acho que a faculdade poderia pensar nisso também" (L.S.)

"Acho que a partir da união vem o conhecimento. Por exemplo, a nossa turma era separada e depois que uniram as duas turmas foi que foi haver o afeto, a gente passou a conhecer um ao outro e foi o que fez com que a gente se unisse. Os projetos e estágios também ajudaram nisso." (D.S.)

Em relação às dificuldades que eles encontram nesse convívio, a falta de respeito, a soberba, arrogância e o ar de superioridade, a falta de empatia, tanto dos alunos para com o professor, quanto do professor para com os alunos e entre os próprios alunos, foram pontos levantados. Trouxeram também o comparativo entre alunos que estudam e trabalho e alunos que

só estudam, e como isso impacta na realidade e relações deles, visto que este último é a realidade da grande maioria.

As perguntas visam compreender como eles enxergam o individualismo em todo este contexto, e a grande maioria acredita que dificulta a relação. O exemplo mais citado foram os trabalhos em grupo. Eles encontram dificuldades para estabelecer uma relação boa ou, ao menos, uma interação.

Foi levantado um questionamento de como os alunos poderiam contribuir para promover a afetividade nesse ambiente e os seguintes pontos foram expostos: estar aberto para ouvir o outro, ter empatia e respeito com os limites dos outros e com os seus próprios e se disponibilizar sempre que possível para ambos. Alguns alunos ressaltaram que a instituição pode vir a contribuir também nessa promoção como, por exemplo, momentos mais informais como, rodas de conversas com assuntos diversos, pois eles acreditam que assim estarão dando espaço para que as pessoas se sintam à vontade para participarem interagirem com os demais colegas. Assim como estágios e os demais projetos. Conclui-se que se houver uma boa convivência entre os alunos e professores na universidade desperta afeto e espírito coletivo como fatores importantes e positivos para o sucesso na aprendizagem

5 CONCLUSÃO

Diante disso, a afetividade é um dos aspectos mais importantes na aprendizagem, uma vez que está diretamente ligada ao desenvolvimento emocional e social dos alunos. Quando um aluno é capaz de estabelecer uma relação positiva com o seu ambiente escolar, ele se torna mais engajado e motivado para aprender.

A afetividade contribui para o processo de ensino-aprendizagem de diversas maneiras: Criação de um ambiente acolhedor: Um ambiente acolhedor e positivo favorece o desenvolvimento dos alunos, estimulando a sua autoestima e confiança. Isso desencadeia a vontade de aprender e se desenvolver, além de permitir que eles se sintam confortáveis para fazer perguntas e participar das atividades propostas.

Estímulo ao desenvolvimento da autoestima: Uma boa relação entre professor e aluno ajuda no desenvolvimento da autoestima. O professor deve reconhecer e valorizar os esforços e habilidades dos alunos, o que aumenta a confiança e o sentimento de autoeficácia.

Promoção da empatia e solidariedade: Ao criar um ambiente acolhedor, os alunos podem desenvolver a empatia e solidariedade em relação aos outros colegas e professores. Dessa forma, eles aprendem a compreender e lidar melhor com as diferenças, o que favorece a convivência e o respeito mútuo.

Favorecimento da compreensão cognitiva: Quando o aluno se sente bem e confiante, ele é capaz de compreender melhor as informações que lhe são passadas e, conseqüentemente, aprender mais. Isso porque a emoção influencia diretamente no processo cognitivo.

Redução dos níveis de estresse e ansiedade: Quando o aluno se sente acolhido e confiante, é mais difícil que ele desenvolva níveis elevados de estresse e ansiedade. Dessa forma, ele se concentra mais na aprendizagem e desenvolve melhor suas habilidades.

Por isso, a afetividade no ensino é fundamental para o sucesso escolar, uma vez que está diretamente relacionada ao desenvolvimento emocional, social e cognitivo do aluno. É papel do professor criar um ambiente acolhedor e positivo, reconhecendo e valorizando as habilidades e esforços dos alunos.

REFERÊNCIAS

- AITA, G.; ARAÚJO, C.S.A. Afetividade e aprendizagem no ensino superior. EDUCERE - Revista da Educação, Umuarama, vol. 6, n.1, p. 49-60, jan./jun., 2006
- ALMEIDA, A. R. S. A emoção na sala de aula. Campinas: Papirus, 1999.
- ANTUNES, C. Como ensinar com afetividade. 2ª ed. São Paulo: Ática, 2008.
- ARANTES, V. A. Afetividade na escola: alternativas teóricas e práticas. São Paulo: Atlas, 2013.
- BARBOSA, Eliane dos Santos. Afetividade no processo de aprendizagem. Revista Educação Pública, v. 20, nº 41, 27 de outubro de 2020.
- CHABOT, Daniel; CHABOT, Michel. Pedagogia Emocional: sentir para aprender. Tradução: Diego Ambrosini e Juliana Montoia de Lima. Editora Sá: São Paulo, 2016.
- COSTA, Keyla Soares da; SOUZA, Keila Melo de. O aspecto sócio-afetivo no processo ensino-aprendizagem na visão de Piaget, Vygotsky e Wallon. Disponível em: Acesso em: 26 jul. 2006.
- DANTAS, H. A. afetividade e a construção do sujeito na psicogenética de Wallon. In: LA TAILLE, Y de; OLIVERIA, M. K. de; DANTAS, H. Piaget, Vygotsky, Wallon: teorias em discussão. São Paulo: Summus, 2017.
- EMILIANO, Joyce Monteiro; TOMÁS, Débora Nogueira. Vigotski: a relação entre afetividade, desenvolvimento e aprendizagem e suas implicações na prática docente. Unifafibe, Bebedouro Sp, p. 1-14, 2015.

FREIRE, Paulo. Pedagogia da autonomia: Saberes necessários à prática educativa. 43^a ed. São Paulo: Paz e Terra, 2015.

MIRAS, Mariana. Afetos, emoções, atribuições e expectativas: o sentido da aprendizagem escolar. In: COLL, Césarm MARCHESI, Álvaro e PALACIOS, Jesus (org.), trad. Fátima Murad. 2 ed. Porto Alegre: Artmed, 2014. 3v.

PIAGET, Jean. Criatividade. In: VASCONCELOS, Mário Sérgio (org). Criatividade: psicologia, educação e conhecimento do novo. São Paulo: Moderna, 2001. p. 11-20

PINO, A. Afetividade e vida de relação. Campinas: gráfica da Faculdade de Educação, Universidade Estadual de Campinas, 2016

SARNOSKI, Eliamara Aparecida. Afetividade no processo ensino Aprendizagem. Revista da Educação do Ideau, Uruguai, n. 20, p. 1-12, jul. 2014

SILVA, Graciela Ferreira; SANTOS, Maximina Magda França. A importância da afetividade no processo de aprendizagem na educação infantil. Brazilian Journal Of Development, [S.L.], v. 6, n. 1, p. 1029-1047, 2020.

ULIAN, Lilian de Jesus Paulo. A AFETIVIDADE NO ENSINO SUPERIO. Unificada: Revista Multidisciplinar da Fauesp, São Paulo, v. 2, n. 3, p. 1-16, 08 jul. 2020.

A INCLUSÃO NO CONTEXTO ESCOLAR: Um comparativo entre escola pública e privada na região metropolitana de São Luís

ROCHA, Aglayany Dayny Ribeiro
SOARES, Elayne Kelline Da Silva
FERNANDES, Herlania Rodrigues
BARBOSA, Juliana Maria Machado
GALVÃO, Nathália Sousa
SILVA, Pedro Luka Mangureira Luz
SANTOS, Thalyta Kristina Silva Magalhães

RESUMO

O presente artigo tem como objetivo discutir a respeito da importância do percurso da inclusão e do respeito para com pessoas de desenvolvimento atípico, buscando um olhar para a escola inclusiva e para os profissionais que coexistem dentro do ambiente escolar. A pesquisa está embasada em dois tipos de campo com profissionais escolares e pesquisas bibliográficas, em revistas, sites e artigos. Assim, traz-se uma comparação da realidade de escolas públicas e privadas, quando se trata da inclusão e tratamento de pessoas atípicas dentro destas localidades. A partir dos resultados obtidos, podemos concluir que, embora a existência de alunos atípicos seja uma realidade crescente, à medida que os anos se passam, percebe-se a necessidade de profissionais como tutores, que auxiliem a prática dos professores titulares nas salas de aula, bem como o apoio maior, por parte dos órgãos governamentais, em tornar a escola um lugar mais acolhedor e favorável ao desenvolvimento da aprendizagem significativa.

Palavras chaves: Escolas. Inclusão. Aprendizagem significativa.

1 INTRODUÇÃO

Considera-se a importância e a necessidade de aprofundar os conhecimentos sobre os primeiros relatos e indícios a respeito do surgimento de pessoas com deficiência ao redor do mundo, objetivando compreender o percurso da inclusão e do respeito presentes na civilização atual, pois em uma sociedade que antes validava como eixo principal, a sobrevivência do indivíduo e/ou grupo que apresentava-se como o mais forte, devido as condições de subsistência impostas por povos primitivos durante a Pré- História. Indivíduos que apresentavam algum comprometimento físico ou intelectual, principalmente crianças, eram abandonados por seus grupos de convívio por acreditarem na premissa de que os mesmos não sobreviveriam ou se adaptariam aos ambientes que costumavam frequentar e aos trajetos que necessitavam realizar, além de, trazer como outros importantes fatores, as mudanças

climáticas e a alimentação, que baseava-se na caça, pesca e colheita para promover o contínuo propósito de sustento e a manutenção da vida.

Além disso, enfatiza-se a existência de algumas sociedades que contribuíram com o contexto histórico, ao promoverem uma melhor e mais aprofundada compreensão sobre a trajetória de vida das pessoas mencionadas no parágrafo anterior e o seu desenvolvimento, como por exemplo: a civilização egípcia, grega e romana. Com base em fundamentos arqueológicos, percebe-se que já havia na cultura egípcia, a tentativa de incluir pessoas com deficiência em sua sociedade, pois por volta de 2.500 a. C., motivados pelos primeiros indicadores da escrita naquela região, a população em questão, conseguiu registrar a inserção destas pessoas nas diferentes classes sociais, evidenciando o nanismo e a cegueira como condições principais, sendo o indivíduo com nanismo, o mesmo era considerado apto para a realização de ofícios que incluíssem a música e a dança em sua constituição, e os sujeitos que apresentavam cegueira, acometidos por infecções nos olhos, eram encaminhados à dedicarem-se em atividades que envolviam o artesanato. Na Grécia Antiga, além das amputações frequentes de membros superiores e inferiores instaurados por conta do militarismo na época (séculos V e VI a. C.), crianças que nasciam com alguma deformidade, costumavam ser lançadas em um abismo pelos anciãos. Roma (360 a. C.) caracterizou-se por permitir que bebês nascidos de maneira precoce e/ou apresentando algum tipo de limitação, pudessem se desenvolver por meio dos cuidados ofertados por escravos ou pessoas mais pobres ao serem abandonados por suas famílias às margens dos rios que existiam no local naquele período (Silva, 1987).

Em síntese, a partir do conteúdo exposto, entende-se a luta pela vida e pela aceitação e inclusão de pessoas com deficiência perante a sociedade e seu trajeto histórico, o que possibilitou mais recentemente, a criação da lei 13.146/2015, estabelecida por meio da implantação do estatuto da pessoa com deficiência que visa “assegurar e promover condições de igualdade, exercício dos direitos e das liberdades fundamentais”, o que direciona neste caso, à vigência ao acesso destinado à educação, atendendo as necessidades e demandas do público em questão, por meio da adaptação das instituições e da metodologia de ensino por parte dos educadores, e garantindo o direito à participação com auxílio em todas as atividades e espaços propostos pela escola.

Dessa forma, o presente artigo possui como objetivo geral compreender as dificuldades e demandas abordadas pelo corpo docente durante a execução laboral de suas atividades, o que como pontuado por Imbernón (2011, p. 68) “de uma bagagem sólida nos âmbitos científicos, cultural, contextual, psicopedagógico e pessoal que deve capacitar o futuro professor ou professora a assumir a

tarefa educativa em toda sua complexidade”, no qual por vezes, exige-se que o mesmo se apresente como o mestre do saber, dotado de capacitação profissional e qualificação necessária para lidar com todas as instâncias da esfera educativa, impossibilitando que o profissional reconheça e compreenda suas limitações e as defasagens encontradas no ambiente de ensino, além de, designar como principais propostas nos objetivos específicos: a análise referente às dificuldades sociais e de aprendizagem que norteiam os alunos atípicos; investigar as demandas de capacitação profissional por parte do educador e avaliar a sobrecarga de trabalho imposta ao mesmo, a falta de tutor, que auxilie o trabalho pedagógico junto aos alunos atípicos, equiparando por meio da realização de pesquisas de campo, a aplicação e o funcionamento de tais objetivos na realidade de escolas da rede pública e privada presentes na região metropolitana de São Luís.

2 DESENVOLVIMENTO ATÍPICO

Para Bock e col. (2018) o desenvolvimento é um processo contínuo e ininterrupto em que aspectos biológicos, físicos, sociais e culturais se interconectam produzindo indivíduos com um pensar, sentir e estar no mundo absolutamente singulares e únicos. Segundo Lepre (2008) o desenvolvimento atípico é o desenvolvimento de crianças que apresentam atrasos ou prejuízos em relação a outras da mesma faixa etária.

Para Vygotsky (1998) no processo de constituição humana se distinguir:

[...] Duas linhas qualitativamente diferentes de desenvolvimento, diferindo quanto à sua origem: de um lado, os processos elementares, que são de origem biológica; de outro as funções psicológicas superiores, de origem sociocultural. A história do comportamento da criança nasce do entrelaçamento dessas duas linhas.

Na definição de sua teoria da Compensação, Vygotsky evidencia que uma criança de desenvolvimento atípico pode atingir o mesmo nível de uma criança de desenvolvimento típico, entretanto o seu processo de aprendizagem sucederia por outros meios, adaptados para cada condição do indivíduo em formação, contudo para o autor a principal ponderação seria o combate aos estereótipos e preconceitos da sociedade no desenvolvimento da criança atípica.

A escola inclusiva surge nesse contexto visto que seu principal fundamento consiste na certeza de que todas as pessoas podem e devem aprender juntas, na qual seja possível esta relação, averiguando e examinando as diversidades de seus alunos e buscando as estratégias didáticas apropriadas,

todavia as escolas brasileiras ainda vivem uma realidade de falta de informação, tanto conhecimentos teóricos e práticos, papel este que é designado para todos os participantes desde processo: Professores, pais, coordenação pedagógica, assistentes e toda a equipe escolar. Segundo Brites (2019) a melhor inclusão é aquela que busca medidas de intervenção para reduzir os danos no desenvolvimento, ajudando as crianças a melhorarem suas habilidades que estavam apagadas assim proferindo mais potencialidades que limitações no futuro. Realizar as modificações necessárias para que a escola inclusiva funcione não é uma tarefa simples, uma vez que envolve demasiadas variáveis na adaptação e aceitação das instituições de ensino tanto públicas como as de rede privadas, variáveis estas que vão muito além da simples matrícula de um aluno atípico, são fatores como o sair da zona de conforto, ter de reinventar seus métodos de aprendizagem, o que gera em muitas instituições o sentimento de recusa e de incapacidade, muitos professores ainda se postam resistentes a educação inclusiva no qual alegam não estarem preparados para receberem e trabalharem com alunos de determinadas condições, ou a falta de professores tutores, por isso constata-se a importância desde a época da graduação o profissional da educação absorva a ideia de que sua carreira requer se atualizar, buscar possibilidades, fazer acontecer o desenvolvimento das potencialidades dos alunos.

Nesse sentido, Farfus (2008) destaca que a articulação entre os educadores é urgente, existe a necessidade de redefinição do papel do professor no pensar da aprendizagem como um processo cooperativo e de transformação que proporcione a formação de alunos inseridos no mundo e não apenas na comunidade local.

3 CONSCIENTIZAÇÃO PEDAGÓGICA

Sobre a amplitude do que é e do que abrange o trabalho pedagógico, Ferreira afirma que: [...] Por trabalho pedagógico entende-se todo o trabalho cujas bases estejam, de alguma forma, relacionadas à Pedagogia, evidenciando, portanto, métodos, técnicas, avaliação intencionalmente planejadas e tendo em vista o alcance de objetivos relativos à produção de conhecimentos. (FERREIRA, 2010, online).

Ferreira (2010) traz uma aparição multidimensional do que é o trabalho pedagógico, dividindo-o em: histórico-ontológica; pedagógica; social e ético-política. Ou seja, sua definição vai além do viés reducionista, não sendo o trabalho pedagógico somente o desenvolvimento de uma didática e de atividades avaliativas planejadas para um semestre, e traz uma perspectiva muito maior que remete a importância do desenvolvimento desse trabalho em um contexto macro, que transforma a vida dos alunos

e da sociedade direta e indiretamente, que deve ser valorizado e dado a devida importância e suporte como tal. E quando se fala em trabalho pedagógico com a educação inclusiva, se faz necessário investir recursos do poder público para um desenvolvimento de uma escola que busque continuamente a formação em o que há de mais novo sobre a concepção de todos os alunos atípicos.

Segundo Mittler (2015, p. 174), assim como os pais esperam professores qualificados, os professores esperam suporte para capacitação em trabalhar com alunos atípicos: [...] Durante o curso dessa jornada, os professores vão construir e ampliar suas habilidades sobre as experiências que já possuem com o objetivo de alcançar todas as crianças e suas necessidades de aprendizagem. Porém, eles também têm o direito de esperar apoio e oportunidades para seu desenvolvimento profissional nesse caminho, da mesma maneira que os pais e as mães têm o direito para esperar que suas crianças sejam ensinadas por professores cuja capacitação preparou-os para ensinar a todas elas.

Sobre os contextos práticos, Costa (2011) em sua tese investiga se a concepção que o professor tem do aluno atípico e sobre educação inclusiva é determinante para o desenvolvimento e êxito escolar durante o processo daquele indivíduo e complementa que a deficiência não pode ser usada contra a criança e sim, a partir dela o professor deve buscar estratégias que ajudem essa criança encontrar o caminho para o seu desenvolvimento. Costa afirma que o trabalho pedagógico num contexto geral deve estar focado em elaborar estratégias de ensino que valorizem as potencialidades dos alunos e não no que lhes faltam, sem cair no viés do capacitismo da pessoa, os rótulos acabam pesando para o fracasso escolar dos alunos e fugindo do princípio de que a escola deve ser capaz de ensinar a todos, inclusive alunos que não se encaixam no padrão de normalidade e um caminho para atingir a este objetivo começa pela concepção de não reduzir aquele aluno a sua deficiência, e começar a olhar o aluno como sujeito subjetivo, com habilidades próprias e conhecimentos adquiridos.

O conceito de deficiência como ideia de insuficiência acaba sendo utilizado pela escola para justificar a sua incapacidade em ensinar a todos consequentemente acaba levando a exclusão não só do aluno deficiente como também do aluno que não consegue se adequar ao padrão exigido. (Costa, 2011, p. 15).

Afim de evitar contextos de exclusão que se desviam do padrão, o professor ao notar que o aluno não consegue aprender, antes de realizar o encaminhamento, deve realizar o trabalho pedagógico apoiado no fato de que múltiplos indivíduos podem não conseguir aprender com a metodologia padrão utilizada, e a partir daí focando nas potencialidades do aluno adotar a metodologia que melhor atende a necessidade do aluno, pois “o professor que espera o sucesso de todos os seus alunos deve ser um

pesquisador incansável a fim de descobrir meios e estratégias que sejam capazes de promover a aprendizagem a qualquer um de seus alunos” (COSTA, 2011, p. 21)

Essa inclusão e mudança de estrutura deve integrar todo corpo de ensino e do ambiente escolar de forma prioritária a inclusão, de forma a proporcionar segurança ao professor e efetividade das práticas inclusivas que buscar realizar.

4 MÉTODO

No presente trabalho, foi conduzida uma pesquisa de campo com abordagem quantitativa e qualitativa, permitindo obter uma compreensão mais completa e aprofundada, sendo uma metodologia baseada em números, métricas e cálculos matemáticos e a outra baseia-se no caráter subjetivo, seu resultado não mostra números concretos, e sim narrativas, ideias e experiências individuais dos participantes, respectivamente (PATEL, 2023). Com o objetivo de obter dados científicos que se relacionam ao tema em questão. A coleta de informações foi realizada através de interações diretas com professores e coordenadores de duas escolas visitadas na região metropolitana de São Luís (sendo uma da rede privada e uma da rede pública municipal) no qual foram instauradas quatro perguntas e posteriormente realizado a coleta das respostas, com o quantitativo de 23 entrevistados com a faixa etária de 27 a 63 anos, que tem O estudo bibliográfico (realizado neste artigo) envolveu a leitura e interpretação de artigos nas bases de google acadêmico e sites, de forma que, todo material recolhido foi analisado gerando uma linha de raciocínio, para assim, sintetizar e fundamentar o artigo.

5 ANÁLISE DE DADOS E DISCUSSÃO

Os dados coletados através de entrevistas qualitativas têm como objetivo geral compreender as maiores dificuldades e demandas dos professores e fazer um comparativo com a escola pública e privada.

Uma boa parte dos resultados obtidos apontam para a escassez de materiais de apoio na rede pública de ensino, e a falta de profissionais especializados no atendimento educacional, na função de tutor, para acompanhamento dos alunos atendidos, a entrevistada S.A (2023), afirma que:

“Falando da escola pública observa-se a escassez de materiais necessários, somos nós que elaboramos materiais para trabalhar, materiais que são específicos necessários para

as crianças com níveis de dificuldade, tentamos adaptá-los da melhor forma possível. Temos uma sala de recursos no contraturno, específica para as crianças com alguma dificuldade ou transtorno, que é a sala do AEE (Atendimento Educacional Especializado) onde essas crianças podem receber uma atenção mais individual, mas nem todas as escolas públicas conta com uma sala dessas”.

Há interesse e demanda por fornecimento de formação continuada para os profissionais da rede pública e privada para atender crianças atípicas através de cursos e materiais pedagógicos,

“[...] A gente tem que sempre estar preparado para quem vamos receber, um minicurso ou uma preparação pedagógica [...] isso na prática na maioria das vezes não acontece, porque a gente recebe e conta muito o que a gente tem de carga de conhecimento ou a gente que vai procurar. Não recebemos dos órgãos públicos, mas produzimos com recursos próprios” (R.C, 2023).

Existe a demanda por materiais didáticos específicos e adaptados para alunos atípicos da rede pública e privada, os materiais trabalhados em sala são pensados e desenvolvidos pelos próprios professores de forma autoral com os recursos disponíveis e próprios, alterando em si a qualidade desses materiais devidos ao contexto econômico em duas realidades distintas, assim como o relato a seguir nos mostra que “[...] Todas as atividades usadas com esses alunos, é de total responsabilidade dos professores.” (D.G, 2023).

É requisitado fortalecer o apoio pedagógico nas escolas através da contratação de profissionais que possam agregar na estrutura da escola como os psicólogos escolares, assistentes sociais, cuidadores e tutores, no ensino público não há esse suporte, os dados mostram número significativo de profissionais que resolvem demandas que vão para além da sua atribuição e capacitação profissional, o que gera sobrecarga de trabalho “a escola não possui estrutura para fomenta o ensino de crianças atípicas, não temos cuidador, tutor, recursos e materiais.”(M.F, 2023).

Há urgência para a atenção a saúde mental e física dos professores, relatos de dores de cabeça, dores da região lombar, queda de cabelo, mudanças de humor, ansiedade e irritação foram relatados pela maioria dos profissionais dessa área da rede pública e privada quando questionados sobre sintomas da autopercepção do estresse no trabalho, dentre os relatos pode-se pontuar o comentário a seguir: “Quando estou com a mente cansada, o couro cabeludo escama e causa alergias”. (E.S, 2023).

Nota-se que no seguimento de investigação das demandas de capacitação profissional uma dessemelhança entre a rede pública e privada, em pluralidade os profissionais da rede pública designam tarefas que vão além da capacitação profissional adquirida, realizando diversas funções que seriam designadas para outros profissionais no plano de aprendizagem, sendo relatado que

“[...] Para atender a demanda da escola, precisamos nos redobrar em todas as atividades possíveis, principalmente com os alunos que têm uma necessidade que é diferente dos demais alunos, seja acompanhar ao banheiro e outras atividades, já que não contamos com um apoio apropriado ou um cuidador. A gente vê no caderno que a gente pode fazer. Se ele não acompanha, como os demais estudantes, a gente já vai colocando atividade no caderno para que ele possa resolver e não ficar ocioso em sala de aula.”. (E.F, 2023).

No requisito de analisar dificuldades sociais e aprendizados dos alunos atípicos, pondera-se semelhanças e diferenças na pesquisa do comparativo entre a rede pública e privada. As semelhanças elevam-se no ponto que tanto para rede pública como para a privada apresentam-se favoráveis a relevância do suporte pedagógico e organização das atividades diárias, sustentando que sem esse recurso o planejamento e a sistematização das aulas não sucederiam, e difere quando não possuem disponibilidade de recursos apropriados para trabalhar de acordo com as necessidades da criança, para a rede pública é de unanimidade a escassez de materiais didáticos adequados para demanda das crianças, onde nesta etapa existe demasiada relação com os seguimentos anteriores, devido a carência de recursos propícios para realização das atividades, que acabam remetendo-se com exclusividade ao professor que mobiliza-se por fora da escola métodos de inserir esse aluno no plano de ensino, sem a devida assistência de outros profissionais nessa construção educacional gerando a sobrecarga e exercício de tarefas além da capacitação profissional.

Já na rede privada a assistência de materiais didáticos apropriados as necessidades requeridas pela criança, como foi dito pela entrevistada C.K (2023) que: “tenho, a gente tem livros, apostilas, outros materiais, materiais também tecnológicos, temos um acervo grande.” Com isso, observa-se a realidade distinta da rede pública, relatado por outra entrevistada da seguinte maneira, “[...] A escola pública não possui estrutura para fomentar o ensino de crianças atípicas, não temos cuidador, tutor, recursos e materiais”. (Freire, M. 2023).

6 CONCLUSÃO

Logo, podemos concluir através de todas as pesquisas feitas e estudadas, que o desenvolvimento atípico não deveria tornar o processo de aprendizagem impossível, logo deve haver as ferramentas corretas. Todas as pessoas podem e devem aprender juntas, buscando estratégias e didáticas, contudo as escolas brasileiras vivem outra realidade.

Então, é possível perceber uma falta de preparo, informações e estudos para com alunos

atípicos. Principalmente, dentro das escolas públicas, onde diversos professores atuam com capacidades que não lhes foram dadas, e muitas vezes tem que fazer tarefas que não lhes são apropriadas, fazendo o trabalho que seria bem mais de outros profissionais que seus próprios, trazendo a sobrecarga para tais professores, ou até mesmo para os próprios profissionais de psicologia que muitas vezes, tem que trabalhar em mais de uma escola pública por vez.

Tudo aponta para uma preocupação quase nula do governo para com as demandas atípicas, mostrando o descaso e como o futuro deste descaso é desastroso. Com professores e alunos adoecidos e sem acesso ao que lhes é necessário.

Desta maneira, é necessário trazer um olhar mais criterioso e cauteloso para todos os espaços escolar, mas principalmente para a escola pública, que sempre irá trazer demandas diferentes e em que são necessários diversos tipos de suportes, de diferentes especialidades, mostrando a necessidade de uma equipe multidisciplinar, além da luta de todas as comunidades para que o governo olhe para o que é necessário na vida de tantos estudantes.

REFERÊNCIAS

BOCK, Ana; FURTADO, Odair; TEXEIRA, Maria de Lourdes. *Psicologias: Uma introdução ao estudo de psicologia*. 15.ed. São Paulo: Saraiva Educação, 2018.

Cardozo Fuentes, R., & Soares Ferreira, L. (2017). Trabalho pedagógico: dimensões e possibilidade de práxis pedagógica. *perspectiva*, 35(3), 722–737. <https://doi.org/10.5007/2175-795X.2017v35n3p722> Acesso em 24 de abril de 2023.

Cardozo Fuentes, R., & Soares Ferreira, L. (2017). Trabalho pedagógico: dimensões e possibilidade de práxis pedagógica. *respectiva*, 35(3), 722–737. <https://doi.org/10.5007/2175-795X.2017v35n3p722>.

Estatuto da pessoa com deficiência. TJDF, 2015. Disponível em: <https://www.tjdft.jus.br/institucional/imprensa/campanhas-e-produtos/direito-facil/educacao-semanal/estatuto-da-pessoa-com-deficiencia> Acesso em: 02 de Junho de 2023.

GARCIA, Vinícius Gaspar. *As pessoas com deficiência na história do mundo*. Deficiente, 2013. Disponível em: <https://www.deficiente.com.br/as-pessoas-com-deficiencia-na-historia-do-mundo> Acesso em: 02 de junho de 2023.

GUGEL, Maria Aparecida. *A pessoa com deficiência e a sua relação com a história*; Ampid. Disponível em: <https://www.ampid.org.br/ampid/Artigos>. Acesso em: 02 de junho de 2023.

INTO. *O Direito à Educação*. Disponível em: <https://www.into.saude.gov.br/direitos-da-pessoa-com-deficiencia> Acesso em: 02 de junho de 2023.

LEITE, Eliana. RIBEIRO, Emerson. LEITE, Kécio. ULIANA, Marcia. *Alguns desafios e demandas da formação inicial de professores da contemporaneidade*. Scielo, 2018. Disponível em: <https://www.scielo.br>. Acesso em: 02 de Junho de 2023.

LOPES, Ana Paula Ferreira Aureliana. *Desenvolvimento atípico acesso à educação de qualidade*. 2016. Trabalho para obtenção do título de mestra em ciências- Programa de Mestrado Profissional em

Matemática. Versão revisada – USP São Carlos-SP, 2016

MITTLER, Peter. Educação Inclusiva. Disponível em: Minha Biblioteca, ENSINC, Grupo A, 2015.

MITTLER, Peter. Educação Inclusiva. Disponível em: Minha Biblioteca, ENSINC, GrupoA, 2015.

NEIL PATEL, Blog, 2023. Disponível em: <https://neilpatel.com/br/blog/pesquisa-qualitativa-e-quantitativa/> Acesso em: 13 de Junho de 2023.

NEVES, Amanda; NASCIMENTO, Lucy Mary; FONSECA, Lázaro. Inclusão do Aluno com Transtorno do Espectro Autista (TEA) na Educação Infantil de Escolas Particulares Regulares. 2020. Trabalho de Conclusão de Curso. - Universidade Católica do Salvador, Salvador – BA, 2020.

S. M. G. COSTA. O Professor e o Êxito do Aluno Atípico na Escola Regular. Orientadora: Professora Carla FHTF Nascimento. Monografia ao Curso de Especialização em Desenvolvimento Humano, Educação e Inclusão, da Faculdade UAB/UND – Polo de Ceilândia/DF. Brasília 2011.

SAMPAIO, Cristiane; SAMPAIO Sônia Maria. Refletindo sobre a educação inclusiva: o professor mediando para a vida. Salvador: EDUFUBA, 2009.

SOUZA, Brenda da Silva. Desenvolvimento atípico e inclusão: concepções de estudantes de ciências naturais. 2017. 28 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura em Ciências Naturais) -Universidade de Brasília, Planaltina-DF, 2017.